

CONSULTA



RELATÓRIO DO EXERCÍCIO 2011



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO PARÁ**

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

A Secretaria de Gestão de Pessoas teve origem com a publicação da Resolução nº 003/2011-GP, de 14 de Janeiro de 2011, que autorizou a integração das atribuições da Chefia do Departamento de Gestão de Pessoas à Secretaria Geral de Gestão, transformando-a em uma única unidade administrativa. Posteriormente, a Lei nº 7.557/2011, alterou a denominação da Secretaria Geral de Gestão para Secretaria de Gestão de Pessoas.

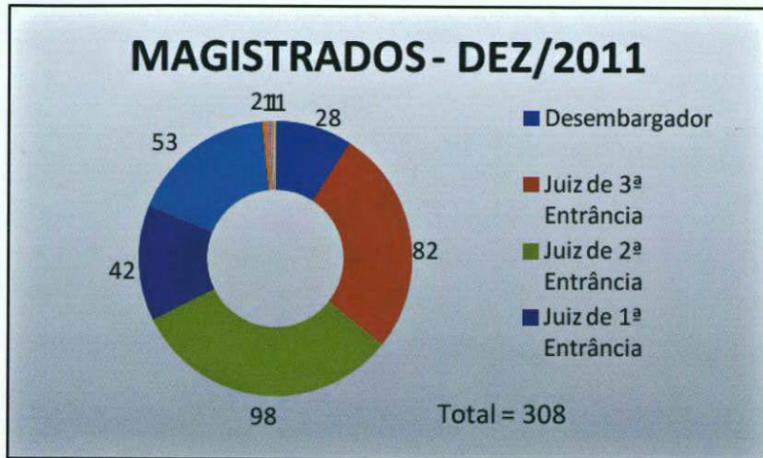
A SGP é responsável por planejar, dirigir, coordenar, executar e controlar todas as ações voltadas para a gestão de pessoas.

No cumprimento de suas atividades, a Secretaria destaca o projeto de alocação de recursos humanos, o programa de capacitação de servidores, o projeto de valorização do servidor e o projeto de modernização da logística operacional de recursos humanos, com vistas a atender, de forma eficaz, os servidores do quadro funcional do Poder Judiciário.

Atualmente, o quadro funcional é formado por 308 magistrados e 3.217 servidores, alocados na capital e nas comarcas do interior. Na tabela 1, está demonstrada esta alocação, especificando o cargo dos magistrados e o vínculo funcional dos servidores. O gráfico 1 discrimina o quantitativo atual de magistrados.

Tabela 1 – Total de Magistrados / Servidores do Poder Judiciário

MAGISTRADO	CAPITAL	INTERIOR	TOTAL
Desembargador	28	-	28
Juiz	112	166	278
Pretor	2	-	2
Total	142	166	308
SERVIDOR	CAPITAL	INTERIOR	TOTAL
Efetivo	1255	1028	2283
Estável	312	91	403
Extra Judicial	3	-	3
Exclusivamente Comissionado	294	6	300
Servidor à disposição do TJE	70	37	107
Militar à disposição do TJE	118	13	121
Total	2.052	1.165	3.217
TOTAL DO QUADRO	2.194	1.331	3.525



PROJETO DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Tem por finalidade o planejamento e a administração da movimentação de pessoal, assegurando, em tempo hábil, a disponibilidade de recursos humanos condizentes com as atribuições e habilidades requeridas ao adequado desempenho funcional.

No ano de 2011, o processo de convocação dos aprovados no Concurso Público nº 002/2009 teve continuidade, para provimento das vagas oferecidas por meio de exoneração, aposentadoria, falecimento e criação de novos cargos. Foram realizadas 10 convocações, totalizando 24 chamadas do referido concurso, sendo convocados 570 candidatos. Houve 177 desistências e 6 solicitações de "final de lista". O gráfico 2 demonstra, por cargo, o total dos 253 chamados para a capital e dos 317 para o interior.

O gráfico 3 espelha, por cargo, o ingresso de 313 servidores efetivos no Poder Judiciário, distribuídos na capital e interior, em virtude de aprovação no concurso público 002/2009.

No total, 398 servidores ingressaram no Poder Judiciário do Estado em 2011, incluindo magistrados, servidores efetivos, exclusivamente comissionados e requisitados, civil e militar, como está evidenciado no gráfico 4.

Gráfico 2



Ingresso de Servidores efetivos em 2011

Gráfico 3

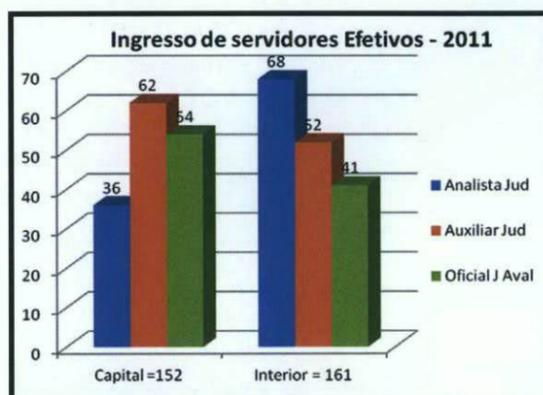
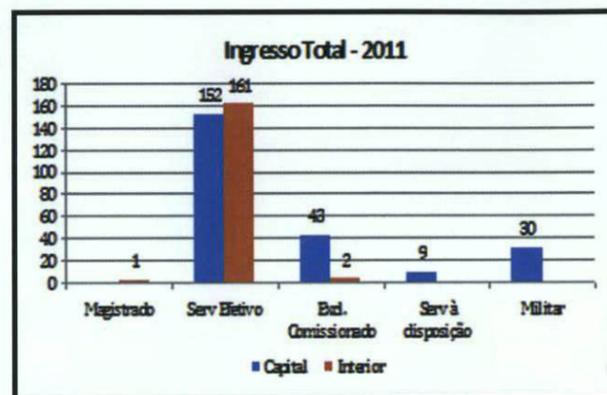


Gráfico 4



O termo de validade do concurso para Servidores nº 002/2009, destinado ao provimento de vagas e formação de cadastro de reserva de cargos de nível superior e de nível médio, foi prorrogado pelo prazo de dois anos a contar do dia 17/09/2011, durante a 28ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, realizada em 10/08/2011 e publicada em 19/08/2011.

Da prorrogação, excetua-se o prazo dos cargos de Analista Judiciário – Taquigrafia e Assistente Social, os quais foram validados até 14/01/2012 e 04/02/2012, respectivamente.

Ainda dentro do projeto de alocação de recursos humanos destaca-se a inserção de estudantes de nível médio e superior, nas atividades finalísticas e de suporte, totalizando 481 estagiários, sendo 175 lotados nas comarcas do interior e 306 na capital.

PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

Consiste no aperfeiçoamento continuado do servidor, treinando-o para o melhor desempenho de suas atividades e a prestação de serviço de qualidade aos jurisdicionados.

Em continuidade ao Plano de Gestão do Biênio 2011/2013 e ao Planejamento Estratégico aprovado pela Resolução nº 027/2009-GP, foram desenvolvidas no ano de 2011 diversas atividades referentes ao Programa de Capacitação dos Servidores. Com relação aos cursos de capacitação foram realizados de forma presencial, na capital, e à distância para as comarcas do Interior, e constatou-se um aumento significativo de participação dos servidores nos cursos ofertados.

Na tabela 2 estão relacionados os cursos que ocorreram no ano de 2011, com um total de 672 servidores inscritos, oriundos da capital e das Comarcas do interior.

Tabela 2 – Cursos realizados

Curso	CH	Período	Participantes
Cálculos Judiciais	60 h	26/10/2010 a 25/03/2011	87
Cumprimento de Decisões Judiciais	210 h	08/11/2010 a 07/10/2011	176
Rotinas Judiciárias	80 h	01/08/2011 a 09/12/2011	409
		Total	672

O Curso de Capacitação em Cálculos Judiciais, estruturado em dois módulos de 30 horas, foi ofertado aos servidores que atuam na realização de cálculos judiciais com o objetivo de capacitá-los de uma forma padrão, a fim de evitar a disparidade de cálculos de acordo com cada Comarca, Fórum ou Secretaria.

O Curso de Capacitação em Cumprimento das Decisões Judiciais, direcionado aos Oficiais de Justiça e Oficiais de Justiça Avaliadores, foi realizado em parceria com a Faculdade de Estudos Avançados do Pará (FEAPA) de forma presencial em Belém e à distância (EAD) para as Comarcas do interior. O curso objetivou a padronização da avaliação patrimonial, que é uma das atividades realizadas pelos Oficiais de Justiça Avaliadores, dotando-os dos instrumentos e tabelas que devem ser utilizados para uma avaliação patrimonial condizente com a realidade de cada imóvel ou bem a ser avaliado. No modo presencial foram abertas quatro turmas nos turnos vespertino e noturno. O curso foi dividido em dois núcleos – Fundamental e de Qualificação Específica – sendo o primeiro formado por 4 módulos e o segundo, por 3 módulos, com carga horária de 30 horas cada um.

O Curso de Rotinas Judiciárias, que deverá ocorrer também no ano de 2012, foi estruturado em três módulos, o primeiro com 20 horas e os demais com 30 horas cada. Tem como público alvo os Analistas Judiciários, Auxiliares Judiciários, Auxiliares de Secretaria, Atendentes Judiciários, Diretores de Secretaria e servidores requisitados das comarcas do interior. Na tabela 3 está demonstrado o quantitativo de servidores inscritos em 13 comarcas do Interior do Estado.

Tabela 3 – Participantes do Curso de Rotinas Judiciárias

COMARCA	PARTICIPANTES
Abaetetuba	31
Altamira	65
Breves	13
Cametá	22
Capanema	17
Itaituba	22
Marabá	26
Paragominas	40
Redenção	23
Santarém	83
Soure	06
Tucuruí	43
Xinguara	18
TOTAL	409

Além dos cursos de capacitação, a Secretaria de Gestão atuou na coordenação dos seguintes seminários voltados para a área finalística:

- “Resgatando o Mover – Movimento Estadual que valoriza o Estatuto da Criança e do Adolescente”, realizado no dia 06/05/11;
- “Gestão de Processos e Gerenciamento de Rotinas para funcionamento nas Varas Criminais e de Execução Penal neste Estado”, realizado de 31/05 a 03/06/11;
- “Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher”, realizado de 29 a 30/09/11.

PROJETO DE VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR

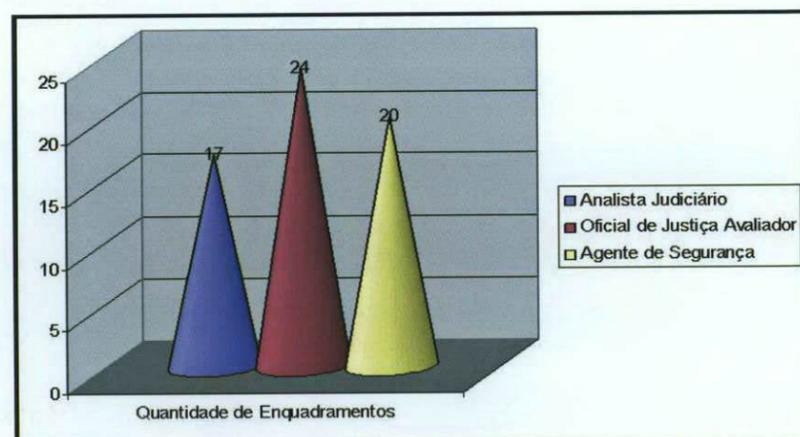
A administração do plano de carreiras, cargos e remuneração, a avaliação anual de desempenho, a promoção dos serviços de atendimento médico, odontológico e psicossocial aos servidores, são ações que revelam o projeto de valorização do servidor, a seguir delineadas:

Enquadramento pelo PCCR

No ano de 2011, todos os enquadramentos foram efetivados após solicitação aos servidores de apresentação do documento comprobatório da graduação de nível superior, para os cargos de Analista Judiciário e Oficial de Justiça Avaliador, e de nível médio para o cargo de Agente de Segurança.

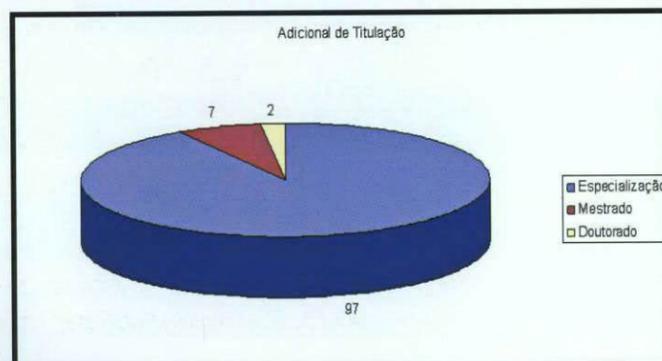
Ressalte-se que Agente de Segurança é a nova nomenclatura do cargo de Auxiliar de Segurança, constante da Lei 6.969, de 09/05/2007, cuja transformação foi determinada pela Lei nº 7.505/2011, em observação ao art. 6º da Resolução nº 104 do Conselho Nacional de Justiça.

No total, foram enquadrados 61 servidores no PCCR nos cargos de Analista Judiciário, Oficial de Justiça Avaliador e Agente de Segurança, como demonstrado no gráfico 5.



Adicional de Titulação

Esta vantagem continuou a ser implementada ao longo do ano nos percentuais de 15%, 20% e 25%, para os servidores que apresentaram certificado de especialização, mestrado e doutorado, respectivamente. Ao todo, foram concedidos adicionais de titulação para 106 servidores, como demonstrado no gráfico 6.



Estabilidade e Progressão Funcional

A estabilidade do servidor é requisito para a progressão funcional. Tanto em uma quanto em outra situação o servidor é avaliado. A tabela 4 demonstra o quantitativo de avaliações e homologações do estágio probatório e de avaliações de desempenho que culminaram com a progressão funcional dos servidores.

Tabela 4 – Demonstrativo de Estágio Probatório e Progressão Funcional

Benefício	Avaliações	Homologações / implementações	Dispensa
Estágio Probatório	379	215	3
Progressão Funcional	-	775	-

Programa de Qualidade de Vida no Trabalho

O Programa de Qualidade de Vida no Trabalho tem como objetivo, a promoção da valorização e motivação dos servidores, por meio do aprimoramento biopsicossocial, na busca do equilíbrio entre o trabalho e a qualidade de vida, visando à melhoria dos padrões comportamentais para a evolução pessoal e o desenvolvimento organizacional. Neste sentido, destacam-se as seguintes ações:

- Comemorações em datas especiais: Dia Internacional da Mulher, Dia das Mães, Páscoa e Dia dos Pais.
- Projeto "Café com a Presidente".
- Projeto "Clube da Caminhada": realizado 4 vezes no transcorrer do ano, com participação de aproximadamente 120 servidores.
- Gincana do Judiciário: neste evento foram arrecadadas nove toneladas de papel, que foram doadas para associações de catadores de papel. As doações de alimentos não perecíveis, material de higiene pessoal, toalhas, lençóis e fraldas beneficiaram diretamente vários projetos de entidades ligadas às mais diferentes causas sociais.
- Projeto "Ideia Legal": com a ideia "Protocolo Sinalizado", neste ano, os servidores Floraci Oliveira Monteiro, José Ronilson Assunção e Marcelo Arthur Ribeiro de Souza, lotados na 4ª Vara Penal da Comarca de Belém, foram os vencedores do projeto.
- Servidor Destaque: em 2011, a comissão optou por valorizar servidores com maior tempo de serviço.
- Semana do Servidor 2011: realizada no período de 22 a 27 de outubro, a Semana do Servidor reuniu caminhada ecológica, exposição de talentos – com mostras de trabalhos como pintura, desenhos, fotografias e artesanatos –, palestra do atleta Lyoto Machida sobre "Disciplina, ousadia e superação de obstáculos", concurso de fotografias voltado para magistrados e servidores, palestra interativa sobre "orientação de controle de gastos" para a administração do orçamento familiar, entrega de medalhas a servidores que contabilizam 10, 20 e 30 anos de serviços prestados ao Judiciário. No Espaço Saúde houve orientação sobre ergonomia e a ingestão calórica nas refeições; realização de diálogos setoriais de saúde com abordagem dos temas hipertensão arterial, drogas, alcoolismo, tabagismo, ergonomia, dor crônica, estresse e saúde bucal. Cada assunto foi transmitido por determinada equipe que ia aos locais de trabalho assegurando uma maior participação dos funcionários, sem prejudicar a produtividade dos mesmos e, conforme pesquisa de satisfação, com resultados excelentes. Foram realizados 237 testes de glicemia capilar e, em parceria com a Secretaria de Saúde do Estado do Pará, foram feitos 85 testes para a sorologia de HIV.
- Projeto HIPERDIA: realizado na comarca de Ananindeua, no Fórum Criminal da comarca da capital e nos Fóruns Distritais de Mosqueiro e Icoaraci, atingindo 247 servidores.
- Projeto "Sorrisos Felizes": No ano de 2011, o projeto contemplou 11 comarcas entre os meses de janeiro e novembro. Foram elas: Igarapé-Miri, Colares, Tucuruí, São Caetano de Odivelas, Santa Luzia do Pará, Cametá, Bujaru, Tomé-Açu, Marabá, Acará e Paragominas.

Assistência à saúde

No tocante à saúde dos magistrados, servidores e dependentes, além do contrato firmado com a UNIMED para assistência médica, foram realizados atendimentos pelas unidades específicas do Tribunal, como segue:

Assistência Médica e Odontológica:

Atendimento Médico (ambulatórios do Edifício Sede e Cidade Velha)	5701	atendimentos
Procedimentos de Enfermagem	9339	procedimentos
Vacinação contra as gripes H1N1 e sazonal (26 e 27/05/2011)	219	doses
Atendimento odontológico	978	pacientes
Extrações, restaurações, profilaxias, aplicações de flúor, etc	5.075	procedimentos

O contrato firmado com a UNIMED para assistência médica aos magistrados, servidores e seus dependentes, atualmente contabiliza 8.024 usuários do plano, sendo 2.912 titulares e 5.112 dependentes. Os gráficos 7 e 8 demonstram as inclusões e exclusões, respectivamente, de usuários e dependentes no plano de saúde efetuadas em 2011:

Gráfico 7

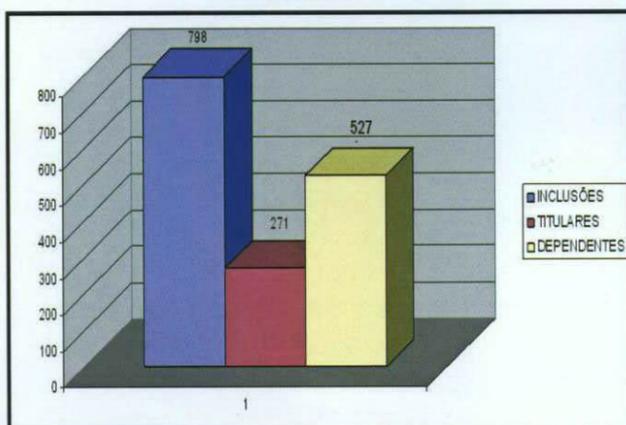
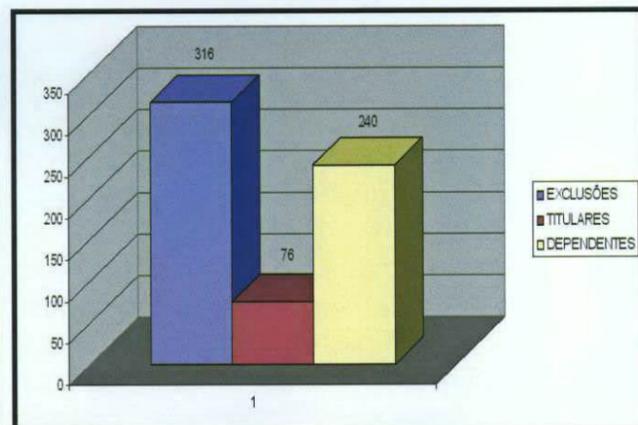


Gráfico 8



Atendimento biopsicossocial:

O atendimento biopsicossocial de servidores e magistrados, e de suas famílias, é realizado por meio de ações educativas, preventivas e terapêuticas de saúde, incluindo atendimentos em grupos, espaço de escuta, triagem e encaminhamento psicossocial (ESTEPS), reuniões, estudos de caso, visitas domiciliares e institucionais e acompanhamento de processos.

PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DA LOGÍSTICA OPERACIONAL DE RECURSOS HUMANOS

Foram implementados novos itens aos módulos do sistema de gerenciamento de recursos humanos, permitindo maior celeridade no processamento das informações funcionais e financeiras dos servidores.

No Portal do Servidor, que é o canal de acesso do magistrado e do servidor à sua situação funcional/financeira, foram disponibilizadas as informações sobre cargo efetivo e férias.

Para um efetivo controle e avaliação da frequência de servidores foram instalados 30 novos relógios de ponto, tanto na capital como nas comarcas do interior, nos locais especificados na tabela 6.

Tabela 6 – Locais onde foram instalados relógios de ponto em 2011

1	Anexo São João	16	Fórum de Breves
2	Juizado Especial da 25	17	Fórum de Cametá
3	Juizado Especial da Cidade Nova VIII	18	Fórum de Capanema
4	Juizado Especial da D. Romualdo	19	Fórum de Castanhal
5	Juizado Especial de Marituba	20	Fórum de Itaituba
6	Juizado Especial de Mosqueiro	21	Fórum de Marabá
7	Juizado Especial do Idoso	22	Fórum de Paragominas
8	Juizado Especial do Jurunas	23	Fórum de Parauapebas
9	Juizado Especial do Meio do Meio Ambiente	24	Fórum de Redenção
10	Juizado Especial do PAAR	25	Fórum de Rondon do Pará
11	PROJUDI	26	Fórum de Santa Izabel
12	Fórum Distrital de Icoaraci	27	Fórum de Santarém
13	Fórum de Abaetetuba	28	Fórum de Soure
14	Fórum de Altamira	29	Fórum de Tucuruí
15	Fórum de Benevides	30	Fórum de Xinguara

SECRETARIA DE INFORMÁTICA

Introdução

Em consonância com as disposições regulamentares, apresentamos relatório das atividades realizadas na área de Tecnologia da Informação (TI) no âmbito do Poder Judiciário Paraense.

Estrutura do Trabalho

Este documento organiza-se em torno das seguintes seções temáticas:

Resumo Executivo sobre as áreas da Secretaria de Informática – esta seção descreve a linha de atuação das Coordenadorias da Secretaria de Informática que perfazem a divisão administrativa do trabalho, explicando no que consistem as atividades cotidianas, táticas e estratégicas promovidas por essas unidades.

Relatórios das Coordenadorias de Aplicações, de Suporte e de Atendimento ao Usuário.

Comentários Finais – este item resume as principais realizações da SI em 2011 e tece considerações acerca de ações futuras.

Resumo Executivo sobre as áreas de atuação da SI/TJPA

A Secretaria de Informática do TJPA, criada pela Lei Estadual 6850/2006, tem por missão institucional conduzir o planejamento e execução das ações relacionadas à aplicação de Tecnologias da Informação, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará (PJPA). As diretrizes de trabalho são definidas pela Presidência do Tribunal, que por meio da Comissão de Informática, coordena as ações da Secretaria, mantendo o alinhamento estratégico com a Presidência do TJ/PA.

Está estruturada em torno de três Coordenadorias que por meio de suas divisões e/ou serviços geram os produtos e serviços de TI necessários para execução da missão do PJPA, são elas:

Coordenadoria de Aplicações

Tem como missão o desenvolvimento e a manutenção das ferramentas de software que apoiam a prestação jurisdicional, seja na atividade fim, seja na atividade meio (administrativa) do PJPA. Sua linha mestra é realizar a especificação, desenvolvimento e manutenção de sistemas de software aplicando tecnologias e práticas de ciência da computação, gerência de projetos e outras disciplinas. Os fundamentos científicos para o desenvolvimento de software envolvem o uso de modelos abstratos que permitem aos engenheiros especificarem, projetarem, implementarem e manterem sistemas de software, avaliando e garantindo sua qualidade.

A Coordenadoria de Aplicações possui três divisões/serviços internos:

- Divisão de Implementação de Projetos (DIP);
- Divisão de Banco de Dados (DBA);
- Serviço de Treinamento e Implementação de Soluções (STIS).

Ela é a principal responsável pelos sistemas de software judiciais e administrativos tais como o SAPXXI, LIBRA, Arrecadação, Depósitos Judiciais, Recursos Humanos, entre outros.

Coordenadoria de Atendimento ao Usuário

Sua missão é coordenar, gerenciar, planejar e administrar todas as atividades relativas ao atendimento ao usuário final dos serviços de informática, bem como a manutenção de equipamentos do Tribunal de Justiça.

A Coordenadoria de Atendimento possui dois serviços internos:

- Serviço de Manutenção de Equipamentos e Serviço de Registro;
- Execução de Atendimentos.

Ela é a responsável por atender as dúvidas dos usuários em termos de software e hardware, Solucionar problemas de equipamentos de informática e seus periféricos, mantendo seu funcionamento, configuração e instalação de equipamentos, treinar, habilitar e/ou auxiliar os diversos funcionários do PJPA para a utilização dos recursos de informática de forma que esses tenham conhecimento suficiente para a realização do seu trabalho.

Além dessas funções, a Coordenadoria de Atendimento hoje também é responsável por reservar e prover a montagem de equipamentos de informática para os eventos internos e externos promovidos pelo PJPA, por exemplo, a infraestrutura de equipamentos necessários para os eventos promovidos nas praças públicas é provida e montada por essa unidade. Faz-se bem ressaltar que a atividade de eventos cresceu significativamente e ocupa importante espaço na agenda da unidade.

Coordenadoria de Suporte Técnico

A missão desta unidade é prover a infraestrutura de recursos tecnológicos de informática e telecomunicações exigidos para garantir a prestação dos serviços com qualidade e segurança. Esta Coordenadoria tem como objetivo planejar, executar e administrar as tecnologias que viabilizam toda a infraestrutura de redes e comunicação de dados do PJPA, bem como as atribuições correlatas a área de segurança da informação eletrônica e os sistemas operativos básicos que servem como base para os sistemas de software desenvolvidos internamente.

A Coordenadoria de Suporte Técnico possui dois serviços internos:

- Serviço de Segurança e Sistemas Básicos (SSSB).
- Serviço de Infraestrutura de Redes (SIR);

Esta Coordenação é a única responsável pela infraestrutura de redes de computadores do PJPA tanto no âmbito de equipamentos eletrônicos (hardware) quanto no âmbito de sistemas (software), além disso também é esta unidade que planeja e mantém a infraestrutura de sistemas na qual os sistemas judiciais e administrativos são executados. Descrita de forma mais coloquial, quando a Coordenadoria de Aplicações necessita de um ambiente para executar os atuais sistemas SAPXXI ou LIBRA é a Coordenadoria de Suporte que o fornece e administra.

Assessoria de Informática

Além das três Coordenadorias a Secretaria de Informática dispõe também de uma Assessoria de Informática composta por dois cargos de Assessor que tem como missão auxiliar o Secretário e as Coordenadorias nas suas respectivas áreas de atuação.

Os Assessores devem atuar no nível estratégico e tático, assistindo as áreas operacionais com subsídios técnicos no sentido de melhor orientar as decisões.

No entanto, a partir do advento do Processo Judicial Digital – PROJUDI e do Diário de Justiça Eletrônico, uma das Assessorias passou também a ter papel operacional, pois passou a gerir a implantação e manutenção evolutiva e correccional dos sistemas citados.

Coordenadoria de Aplicações

Aqui estão expostas as principais atividades da Coordenadoria de Aplicações ao longo de 2011, constituindo um resumo executivo, onde a bem do melhor entendimento e da brevidade, se abstrai de maiores detalhes, iluminando apenas as ações mais importantes em curso, sem no entanto desmerecer o significativo volume de atividades rotineiras requeridas para o correto desenvolvimento dos trabalhos.

Atividades concernentes ao Sistema LIBRA

Após a edição da segunda versão do Sistema LIBRA, em 2010, aceleramos sua implantação nas comarcas do interior, haja vista que as alterações efetuadas na versão 2.0 endereçaram notadamente questões de desempenho, que são itens chave quando se leva em consideração que as cidades do interior do Estado sofrem com a infraestrutura claudicante de telecomunicações.

Assim, em 2011 foi possível implantar o LIBRA em mais 17 comarcas, e esse esforço importou que o Poder Judiciário Estadual enquadrou 70% de todos os processos nas Tabelas Unificadas de Classe e Assunto do CNJ, conforme demonstram os itens a seguir:

Instalação do LIBRA ao longo de 2011

Comarca	Processos Migrados	Mês de Implantação
Santarém	133.909	Maio
Paragominas	41.293	Junho
Capanema	20.815	Junho
Vigia	9.257	Junho
Parauapebas	43.056	Julho
Itaituba	43.902	Agosto
Igarapé-Miri	7.876	Setembro
Moju	11.624	Setembro
São Miguel do Guamá	7.649	Setembro
Igarapé-Açu	7.505	Outubro
Maracanã	5.015	Outubro
Curuçá	5.384	Outubro
Cametá	15.948	Novembro
Marapanim	4.327	Novembro
Mãe do Rio	9.493	Novembro
Salinópolis	12.256	Dezembro
Viseu	4.121	Dezembro
Total	383.430	

Tabela 1 - Comarcas onde o LIBRA foi instalado em 2011.

Número de comarcas onde o LIBRA foi implantado (base anual):



Figura 1 - Evolução anual de comarcas com o LIBRA.

Evolução da quantidade de processos no LIBRA (base anual):

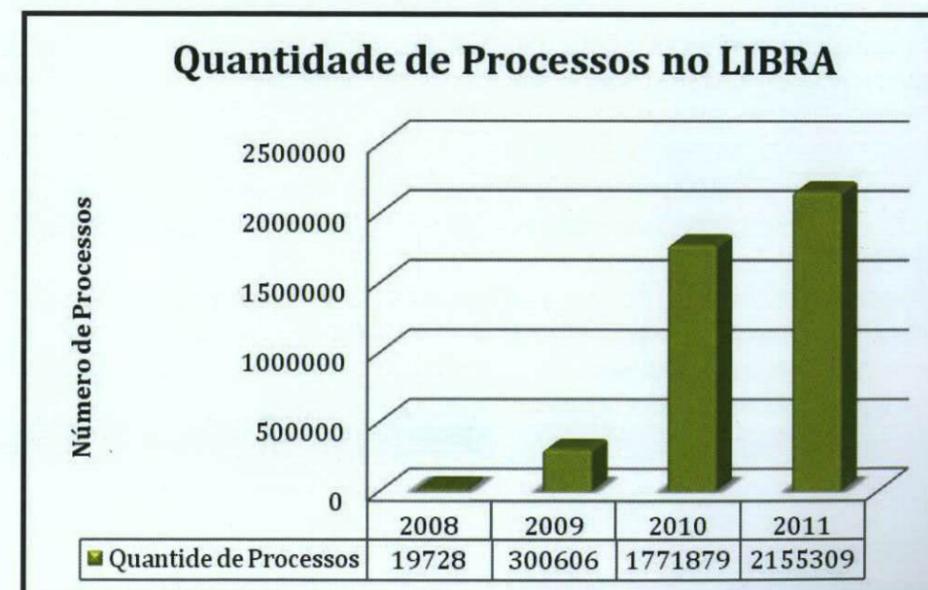


Figura 1 - Quantidade de Processos no LIBRA.

Novas Funcionalidades do Sistema LIBRA

Controle da Regularidade dos Advogados

A partir de um convênio assinado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Pará e a OAB Seção PA, o sistema LIBRA passou a reger a associação de advogados aos Processos de acordo com a regularidade de sua inscrição profissional na OAB/PA. Diariamente, a listagem dos advogados regulares na Ordem é enviada ao Tribunal de Justiça eletronicamente, identificando quem pode ou não estar associado a um processo, efetivando assim o que dispõe a Lei 8.906/94 sobre a prática profissional regular.

Controle Visual das Custas Processuais

O sistema LIBRA agora exibe nas diversas telas relativas às tramitações processuais, informações referentes às custas pendentes, permitindo assim um maior controle relativo a atos processuais que demandam um dispêndio financeiro e auxiliando o sistema de arrecadação judicial deste Tribunal.

Desenvolvimento de Banco de Dados de Decisões Judiciais de 1º Grau

O sistema LIBRA permite hoje que Despachos, Sentenças e Decisões Interlocutórias, produzidos pelos magistrados façam parte de um BANCO DE DECISÕES do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, atividade essa que faz parte de um projeto interno da Secretaria de Informática de tornar disponível na rede mundial de computadores as decisões proferidas no âmbito do 1º e 2º Graus.

Controle de Presos Provisórios

O Sistema LIBRA agora controla o registro e visualização de Presos Provisórios em Varas Criminais. Tal controle era feito por outro sistema (antigo e confuso), o que causava vários transtornos aos usuários.

Registro de Petições em Lote

O LIBRA atualmente admite a juntada de petições em Lote, utilizando-se de uma pesquisa por data ou por processo. Tal funcionalidade trouxe maior celeridade no trabalho diário das secretarias de Varas.

Controle Prescricional de Processos Criminais

O sistema LIBRA foi modificado para realizar o controle dos prazos de prescrição em processos criminais. A ferramenta viabiliza o cadastro de Crimes e suas respectivas datas de prescrição. Além disso, há a possibilidade de registrar causas de Interrupção ou Suspensão do prazo prescricional.

A ferramenta foi feita de acordo com especificações da resolução nº 112 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Controle de Suspensão em Processos Fiscais

O Sistema LIBRA foi acrescido de ferramenta para efetuar o controle de Prazos de Suspensão em Processos de Natureza Fiscal, permitindo um maior controle e cobrança em relação às partes que possuem pendências financeiras com o Estado.

Controle de procedimentos investigatórios

O Sistema LIBRA agora diferencia visualmente Processos de Procedimentos Investigatórios na área criminal, de forma a obter o número correto de Flagrantes, inquéritos e Ações penais que tramitam no TJPA.

Registro de incidentes processuais

O Sistema LIBRA possui agora uma ferramenta de cadastro de Incidentes Processuais, que exige sempre que os mesmos estejam apensos a um processo principal. Essa ferramenta inovou no âmbito do TJPA ao permitir a extinção do cadastro de processos, o que determinou o fim de situações que ocorriam em algumas serventias judiciais no sentido de cadastrar processos direcionados a uma determinada Vara ou Juízo.

Distribuição automatizada de feitos da Fazenda Municipal

Com um convênio firmado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Pará e a Prefeitura Municipal de Belém, o LIBRA inovou ao viabilizar a distribuição automática de Processos oriundos da Fazenda Municipal em grandes lotes. Com isso, milhares de ações de cobrança foram distribuídas em poucos dias, permitindo assim maior celeridade na tramitação destes feitos e respectiva cobrança, economizando recursos humanos e materiais e ainda viabilizando o aumento da arrecadação de custas judiciárias.

Despacho eletrônico de Alvarás de Soltura

A partir de um convênio assinado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Pará e a Secretaria de Estado de Segurança Pública do estado do Pará, o Sistema LIBRA viabilizou o cadastro e tramitação eletrônica de ALVARÁS DE SOLTURA para a Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará (SUSIPE), permitindo assim maior celeridade, controle e segurança no envio e cumprimento desta Ordem Judicial, poupando o dispêndio de recursos humanos e materiais, em vista de que não será mais necessário que a ordem seja enviada fisicamente (papel).

Certificação eletrônica do cumprimento de mandados judiciais

O Sistema LIBRA viabiliza atualmente a certificação do cumprimento ou não de um MANDADO diretamente pelos Oficiais de Justiça. Tal tarefa historicamente tem sido desempenhada pelas Centrais de Mandado, porém os Oficiais de Justiça agora conseguem, de qualquer lugar com acesso a Internet (web), atestar o cumprimento de mandados distribuídos em seus nomes, dispensando essa tarefa das Centrais de Mandados.

Banco Nacional de Mandados de Prisão

Foram adicionadas funções ao Sistema LIBRA para admitir o cadastro e envio de informações referentes aos mandados de prisão expedidos neste Tribunal. Os dados são enviados ao Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP), desenvolvido e mantido pelo Conselho Nacional de Justiça e ficarão disponíveis na Rede Mundial de Computadores. A ferramenta foi desenvolvida de acordo com a resolução nº 137 do CNJ.

Atendimentos e Treinamentos

A quantidade de atendimentos e treinamentos efetuados sobre sistemas judiciais em 2011 aumentou consideravelmente em função das instalações do LIBRA e outros:

Ações	Total (unitário)
Atendimentos realizados no âmbito do 1o Grau	38.376
Atendimentos realizados no âmbito do 2o Grau	3.800
Treinamentos realizados por usuário	216
Ações de criação de usuários	1.067
Treinamentos realizados na implantação do LIBRA (por usuário)	358
Total de ações em 2011	43.817

Tabela 2 - Ações realizadas pelo Serviço de Treinamento e Implantação de Sistemas

Além disso, durante o ano, a documentação eletrônica do LIBRA foi totalmente atualizada, com novas ferramentas visuais para acompanhar o uso do sistema.

Totalização de Processos

Na data de 21/11/2011, o sistema LIBRA atingiu a marca de gerir 70% de todos os processos do Poder Judiciário Estadual.

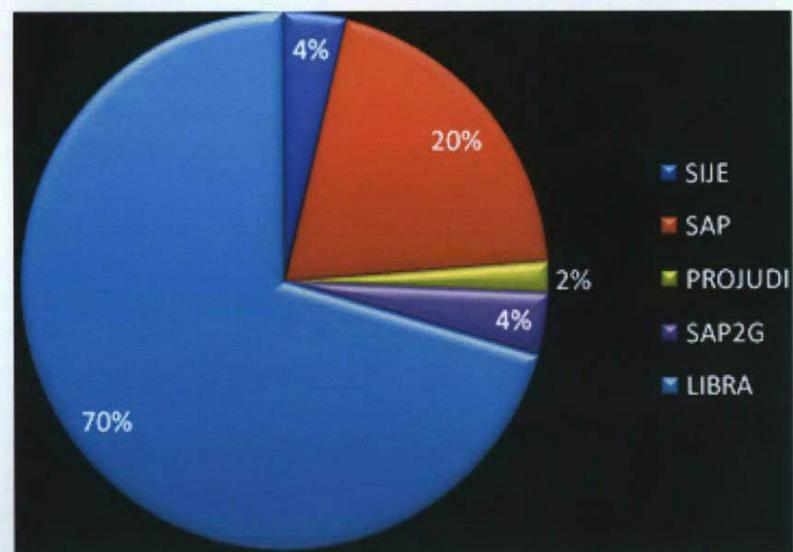


Figura 2 - Quantidade de Processos por Sistema.

Certidão Militar

Em Março de 2011, a certidão eletrônica de antecedentes criminais relativos a feitos da Justiça Militar foi disponibilizada como mais um serviço público que pode ser acessado diretamente do portal do TJPA.

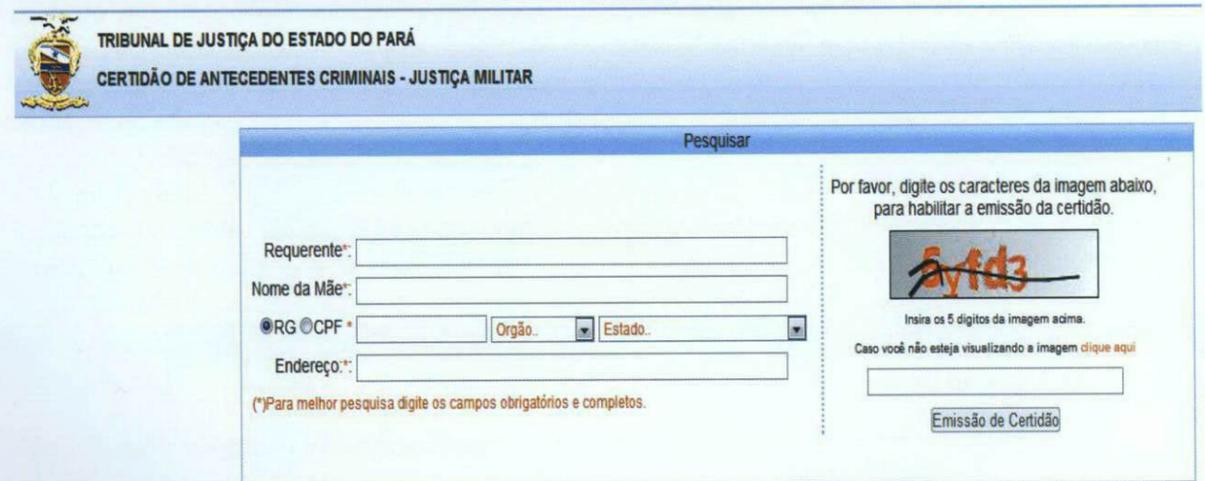


Figura 3 - Tela de Acesso a Certidão Militar.

Desenvolvimento de Sistema de Votação para promoção da Magistratura

Para atender a Resolução 106/2010 do Conselho Nacional de Justiça – que dispõe sobre critérios objetivos para aferição do merecimento para promoção de magistrados e acesso aos Tribunais de 2º grau – um sistema de votação informatizada foi desenvolvido para coleta, armazenamento e cômputo automatizado de votos lançados pelos Desembargadores.

O regramento fixado no sistema está baseado na Resolução 106/2010/CNJ e na Resolução 16/2011/TJPA, que especifica como a pontuação máxima elencada no art. 11 da Resolução 106/CNJ se distribui nos subcritérios.

A Figura 5, a seguir, demonstra a Tela de acesso ao Sistema de Votação.



Figura 4 - Tela de Acesso ao Sistema de Votação Informatizada.

Atividades realizadas pela Divisão de Banco de Dados

- Unificação e consolidação dos dados de todos os magistrados que atuaram em alguma instância do Poder Judiciário;
- Tabulação dos dados coletados nos sistemas informatizados para os concursos de primeira e segunda entrância da produtividade dos magistrados;
- Criação de uma ferramenta que permite visualizar a evolução temporal do acervo das unidades judiciárias, o que se constitui num instrumento de gestão inovador no domínio do TJPA;
- Desenvolvimento de interfaces que coletam informações do sistema PROJUDI e as adiciona ao Armazém de Dados gerenciais;
- Aprimoramento dos assuntos contemplados pelo Armazém de Dados (Data warehouse).

Relatório de atividades da Coordenadoria de Atendimento ao Usuário.

Essa seção expõe as principais atividades da Coordenadoria de Atendimento ao Usuário ao longo de 2011, constituindo um resumo executivo, onde a bem do melhor entendimento e da brevidade, se abstrai de maiores detalhes, iluminando apenas as ações mais importantes em curso, sem no entanto desmerecer o significativo volume de atividades rotineiras requeridas para o correto desenvolvimento dos trabalhos.

Quantidade de Equipamentos adquiridos em 2011

Item	Quantidade	Descrição	Observações
Computador	430	PC, marca/modelo: HP 6005	(30 foram destinados para o sistema de gravação de Audiências criminais)
Total	430		
Impressoras	450	IMPRESSORA Samsung 3310	
	1	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL HP OFFICEJET	
	1	IMPRESSORA HP LASERJET CP1525NW	
	1	IMPRESSORA LASER - OKIDATA - C830DN	
	6	IMPRESSORA MP4000 USB COM SERRILHA - BEMATECH	
	39	IMPRESSORA XEROX LASER PHASER - 3250/325D	
Total	498		
Nobreak	914		SMS Tecnologia
Scanner	10	Fujitsu FI6230	
	4	Fujitsu FI6770	
	40	Fujitsu S1500	
	100	Fujitsu S1500	
	300	Fujitsu S1500	
	60	Avision	
Total	514		

Quantidade de equipamentos submetidos à manutenção

Ativos de Informática
1393

Quantidade de atendimentos ao usuário realizados e concluídos

Mês	Quantidade de Atendimentos
Janeiro	977
Fevereiro	1254
Março	1459
Abril	1581
Maio	1682
Junho	1320
Julho	1221
Agosto	1677
Setembro	1320
Outubro	987
Novembro	1120
Dezembro	-

Relatório de atividades da Coordenadoria de Suporte Técnico

Essa seção expõe as principais atividades da Coordenadoria de Suporte Técnico ao longo de 2011, constituindo um resumo executivo, onde a bem do melhor entendimento e da brevidade, se abstrai de maiores detalhes, iluminando apenas as ações mais importantes em curso, sem, no entanto, desmerecer o significativo volume de atividades rotineiras requeridas para o correto desenvolvimento dos trabalhos.

Tabela resumo das atividades da CST:

Ação	Importância e Efeitos
Expansão para 2 Mbps dos circuitos de telecomunicação (tecnologia MPLS) na RMB e nas maiores Comarcas do interior.	<ul style="list-style-type: none"> Melhoria da qualidade, velocidade e disponibilidade do serviço de telecomunicação a partir da adoção de moderno mecanismo de transporte de dados conhecido como MPLS (Multi Protocol Label Switching). Expansão da rede de comunicação da Capital e das Comarcas do Interior. Maior disponibilidade dos sistemas judiciais para as atividades fins, tais como o Libra, Projudi, SAPXXI e DJ Eletrônico.
Atualização tecnológica dos serviços de telecomunicações da RMB e das Comarcas do Interior usando o NavegaPará.	<ul style="list-style-type: none"> Melhoria da qualidade, velocidade e disponibilidade do serviço de telecomunicação a partir da adoção do serviço NavegaPará (fibra óptica). Expansão da rede de comunicação da Capital e das Comarcas do Interior. Maior disponibilidade dos sistemas judiciais para as atividades fins, tais como o Libra, Projudi, SAPXXI e DJ Eletrônico.
Atualização e expansão tecnológica dos ativos de rede da RMB e das Comarcas do Interior.	<ul style="list-style-type: none"> Melhoria da qualidade, velocidade e disponibilidade da rede computadores do TJ/PA a partir do uso de equipamentos ativos de rede mais modernos e robustos. Aumento da capacidade de atendimento dos usuários dos sistemas informatizados do TJ/PA.
Melhoria da qualidade dos links de comunicação das Comarcas do interior atendidas por circuito de satélite (VSat).	<ul style="list-style-type: none"> Melhoria da qualidade, velocidade e disponibilidade do serviço de telecomunicação a partir da adoção do serviço VSat. Preparação da infraestrutura para receber os sistemas LIBRA, PROJUDI e DJ Eletrônico. Melhoria da performance e tempo de resposta dos serviços disponíveis na internet e na rede corporativa das Comarcas do interior.
Conclusão da instalação e configuração de equipamentos aceleradores de internet nas maiores Comarcas do interior.	<ul style="list-style-type: none"> Melhoria da qualidade, velocidade e disponibilidade do serviço de acesso a internet a partir da adoção de mecanismo de aceleração (RiverBed). Maior rapidez no uso dos sistemas judiciais para as atividades fins, tais como o Libra, Projudi, SAPXXI e DJ Eletrônico.
Conclusão da expansão dos equipamentos servidores centrais de alta capacidade de armazenamento e processamento de dados com tecnologia blade, do datacenter da Cidade Velha.	<ul style="list-style-type: none"> Infraestrutura para a expansão dos sistemas judiciais. Possibilidade de expansão dos serviços já disponíveis. Consolidação de equipamentos, viabilizando economia de energia elétrica. Centralização de recursos computacionais, facilitando o gerenciamento operacional. Incremento da segurança referente ao armazenamento da informação.
Padronização de equipamentos ativos de rede no edifício-sede do TJ/PA e Fóruns Cível e Criminal da Capital	<ul style="list-style-type: none"> Aumento da qualidade de funcionamento das redes locais nestes prédios no que concerne a: desempenho, gerenciamento de tráfego, gerenciamento de falhas e disponibilidade. Infraestrutura para a expansão dos sistemas judiciais e administrativos.
Conclusão da expansão do núcleo (backbone) de rede para acomodar incremento no tráfego em até 10 vezes ao volume atual	<ul style="list-style-type: none"> Aumento da qualidade de funcionamento das redes locais nestes prédios no que concerne a: desempenho, gerenciamento de tráfego, gerenciamento de falhas e disponibilidade. Infraestrutura para a expansão dos sistemas de TIC.
Preparação do espaço físico do datacenter de contingência, para recepção dos novos equipamentos.	<ul style="list-style-type: none"> Aumento da segurança e disponibilidade de todos os serviços de informática do TJ/PA, a partir da operação de um segundo e moderno datacenter. Garantia de alta-disponibilidade de operação dos sistemas judiciais para as atividades fins, tais como o Libra, Projudi, SAPXXI e DJ Eletrônico, evitando paralisações no atendimento aos jurisdicionados.

Preparação da infraestrutura de treinamento do sistema Libra em 17 Comarcas do interior.	<ul style="list-style-type: none"> • Preparação de ambiente de treinamento nas Comarcas de Santarém, Paragominas, Capanema, Vigia, Parauapebas, Itaituba, Igarapé-Miri, Moju, São Miguel do Guamá, Igarapé-Açu, Maracanã, Curuçá, Cametá, Marapanim, Mãe do Rio, Salinópolis e Viseu. • Economia nas despesas com deslocamento de magistrados e servidores do interior para a capital, evitando assim suas ausências da Comarca.
Alteração da infraestrutura de sistemas através da adoção de novo servidor de aplicações (JBoss) para amparo aos sistemas judiciais, como LIBRA e Projudi.	<ul style="list-style-type: none"> • Aderência ao padrão de infraestrutura de software recomendado pelo CNJ. • Modernização dos padrões de performance para aplicações para Web.
Conclusão do processo de Virtualização dos equipamentos servidores do Datacenter.	<ul style="list-style-type: none"> • Atualização tecnológica dos equipamentos servidores com a adoção do recurso de virtualização. • Melhoria de qualidade, performance e segurança dos sistemas hospedados nos servidores virtuais. • Otimização do espaço físico do Datacenter. • Otimização da temperatura ambiente do Datacenter.
Implantação de equipamentos de videoconferência na RMB e nas maiores Comarcas do interior.	<ul style="list-style-type: none"> • Modernização do processo de audiências. • Agilidade, economia e segurança para o magistrado e partes do processo.
Implantação e homologação de sistema para gravação de audiências das varas criminais da RMB e Interior.	<ul style="list-style-type: none"> • Modernização do procedimento de gravação de audiências de presos. • Agilidade, economia e segurança para o magistrado e partes do processo.
Conclusão do cadastro dos magistrados nos sistemas nacionais de apoio as execuções cíveis.	<ul style="list-style-type: none"> • Modernização do processo de execução dos feitos cíveis a partir do acesso dos magistrados aos sistemas nacionais Bacenjud, Renajud, Infojud, etc.. • Agilidade e economia para o magistrado na execução dos feitos.

Comentários Finais

O ano de 2011 foi marcado por um processo de expansão quantitativa e qualitativa dos serviços e produtos produzidos pela Secretaria de Informática, dos quais podemos destacar:

1. Implantação do sistema LIBRA em 17 comarcas: A mais importante tarefa executada neste ano demandou que a cobertura do sistema fosse ampliada para mais unidades do interior. Registramos que o sistema em uso foi refeito para resolver questões como lentidão, interrupções constantes e usabilidade inadequada. Com essa ação o TJPA chega a 70% dos processos enquadrados nas Tabelas Unificadas de Classes e Assuntos do CNJ.

2. Atualização do sistema PROJUDI no interior e capital: O TJPA tomou mais forte sua posição como Tribunal compromissado com a implantação do Processo Eletrônico que reduz tempo e custos, retirando burocracia dos atos processuais ao prover o acesso imediato aos processos, bem como a melhoria no desempenho das funções próprias de cada usuário.

3. Aperfeiçoamento do sistema LIBRA para Vara de Execução Penal Virtual: O sistema denominado de LibraVep foi continuamente alterado para melhor atender a 2ª Vara de Execução Penal.

4. Atualização do SAJ – Sistema de Arrecadação Judicial: O Sistema de arrecadação Judicial foi modificado para atender ao repasse financeiro para os cartórios privatizados no sistema LIBRA, além de prover relatórios e consultas integrais, provendo um controle maior da arrecadação do poder judiciário.

5. Expansão do serviço de videoconferência para audiências de presos no Fórum Criminal da Capital e interior: A implantação deste serviço que tem o fim específico de tomar depoimentos de presos na própria casa prisional, dispensando dessa forma o deslocamento físico destes, potencialmente reduz fortemente as possibilidades de fuga ou de tomada de ação insurgente por parte dos presos, bem como proporciona economia de custos de transporte e vigilância.

Em 2012, é imperativo terminar a implantação do LIBRA nas comarcas do interior haja vista o cumprimento da resolução 46/2007.

Nesse sentido, a implantação nas cidades mais importantes do nordeste paraense foi decisiva para viabilizar o cumprimento da resolução em vista que agora o LIBRA administra mais de 75% de todos os processos distribuídos no 1o grau.

O Serviço de Videoconferência do TJPA deve continuar a expansão até atingir todas as comarcas que possuam Varas de Execução Penal, reduzindo custos e otimizando recursos de todos os atores envolvidos.

Os links de telecomunicação devem ser continuamente monitorados a fim de garantir a boa qualidade dos mesmos e ainda, se for o caso, envidar esforços a fim de melhorá-los com a introdução de novos equipamentos aceleradores/otimizadores de WAN em vista de que deles dependem hoje os sistemas de gestão judicial como o LIBRA e o LIBRAVEP.

Por fim, grande parte dos esforços, em 2012, serão direcionados para implantação de um novo centro de processamento de dados para funcionar como contingência ao datacenter principal.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

As ações desenvolvidas pela Secretaria de Administração do TJPA, pautadas no compromisso com a instituição, tem por objetivo dar prosseguimento as metas traçadas no Planejamento Estratégico do período de 2010 a 2014. Buscando o aperfeiçoamento das atividades-meio, adotou medidas que contribuirão para o desenvolvimento das unidades administrativas objetivando a otimização dos processos, mecanismos essenciais ao pleno funcionamento do Poder Judiciário.

A atuação da Secretaria de Administração, realizada em conjunto com as unidades administrativas afetas e, de acordo com a competência de cada uma, visa assegurar o alcance das diretrizes estabelecidas no Plano de Gestão do Biênio 2011/2012, estando sempre voltadas ao aperfeiçoamento dos serviços colocados à disposição dos jurisdicionados. Dentre estas ações, destacam-se: redução de custos administrativos; providências relativas à implantação da Rádio Web e da TV Justiça (em fase de conclusão), que permitirá maior alcance da população ao conhecimento da máquina do Judiciário; tramitação dos projetos para dar cumprimento ao Plano de Obras, que prevê a construção/reforma/ampliação de imóveis do Poder Judiciário Estadual; e providências quanto à conclusão da implantação do Programa de Segurança nas unidades do TJPA.

As ações, especificamente, relativas ao recolhimento de armas, gerenciadas pela Secretaria de Administração, e, desenvolvidas em conjunto com a Coordenadoria Militar e o Setor de Recolhimento de Armas e Bens Apreendidos, conforme o Provimento nº 007/2008 da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior do Estado, no exercício de 2011 foram recolhidas em diversas Comarcas do Pará o total de 4.019 (quatro mil e dezenove) armas de fogo, para serem destruídas nas unidades do Exército.

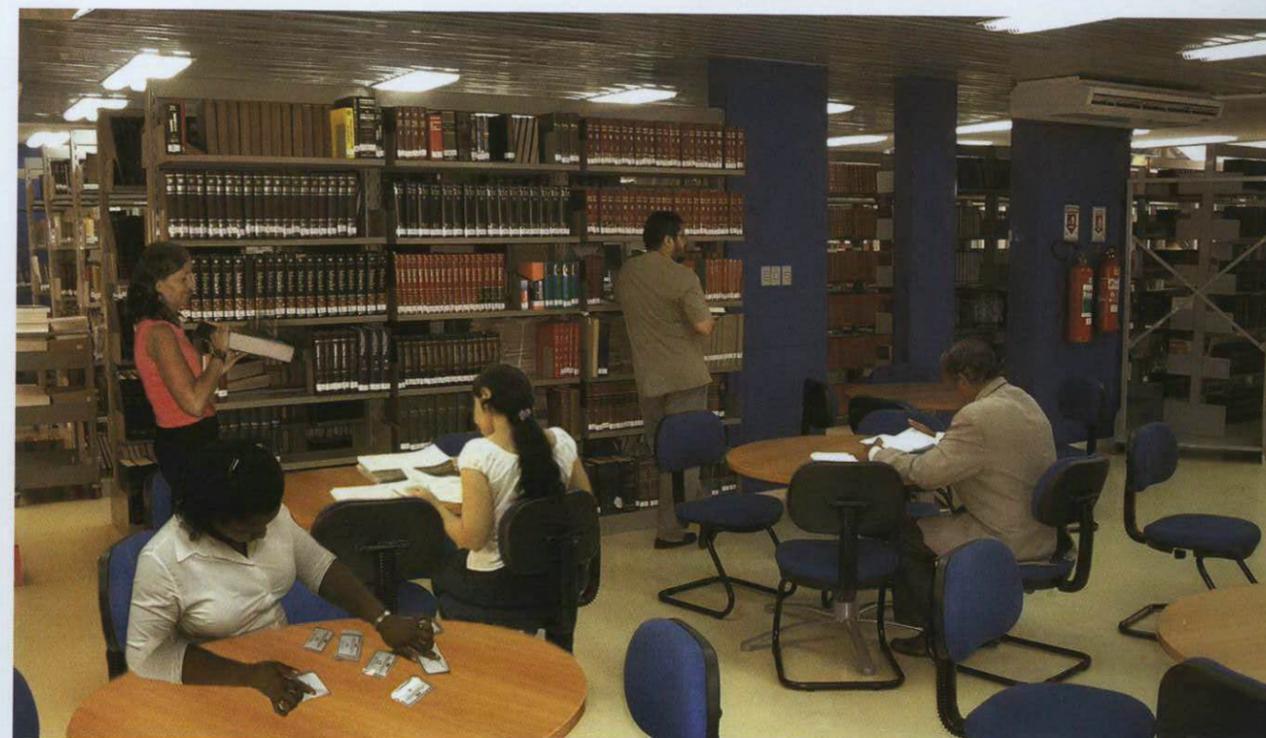
Com o encerramento do exercício de 2011, a Secretaria apresenta o Relatório de Atividades do período, destacando as principais ações, especificamente das seguintes: Comissão Permanente de Licitação; Coordenadoria de Contratos, Convênios e Registro de Preços; Departamento de Engenharia, Arquitetura e Manutenção; Departamento de Patrimônio e Serviços; e Departamento de Documentação e Informação.



Secretário de Administração em reunião com diretores e chefes de setores subordinados à Secretaria



Procedimento licitatório realizado com representantes de empresas no Edifício Sede do TJPA



Profissionais e estudantes buscam pelos serviços das Bibliotecas do TJPA

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E MANUTENÇÃO – DEAM

CONSTRUÇÕES, REFORMAS E AMPLIAÇÕES

OBRAS CONCLUÍDAS NO ANO DE 2011

No primeiro semestre de 2011, com o intuito de dar continuidade ao trabalho de reestruturação física dos prédios da Região Metropolitana e das Comarcas do Interior, foram concluídas as obras de reforma do Fórum da Comarca de Monte Alegre e a obra de reforma e ampliação do Fórum da Comarca de Parauapebas, todas iniciadas em 2010.

Em Monte Alegre, o prédio teve suas dependências totalmente reformadas, passando a contar com entradas independentes para pedestres e veículos; e ambientes de trabalho refrigerados, porém, com iluminação natural (Figura 01). Foi também previsto a instalação de sistema de som, alarme e CFTV; subestação elétrica de 75KVA, rede de cabeamento estruturado com aproximadamente 35 pontos. O prédio foi ainda adaptado para pessoas Portadoras de Necessidades Especiais. O valor do Investimento foi de R\$ 754.625,36, em um terreno de 1.336,56m² com área construída de 627,60m².



Figura 01. Fórum de Monte Alegre

Em Parauapebas foi preservado o paisagismo existente no local. A ampliação do Fórum foi executada utilizando a cobertura existente e mais a construção de um pavimento (Figura 02). Com um investimento de R\$1.139.557,00, a edificação foi ampliada e totalmente reformada, possuindo espaço para instalação de quatro varas e um juizado especial (PROJUDI), salas da OAB, Defensoria Pública e Ministério Público, salão do Júri com platéia para 80 pessoas, áreas de carceragem e custódia de menor, sala secreta, duas salas de Testemunha, sala de Reconhecimento e depósito de materiais apreendidos com área reservada para armas.



Figura 02. Fórum de Parauapebas

OBRAS EM EXECUÇÃO

Em 2011, foram iniciadas as obras de construção do Bloco II do Fórum de Ananindeua, de recuperação das coberturas do Almoxarifado Central e do prédio onde funciona a 6ª vara do Juizado Especial Cível, localizado na Av. José Bonifácio.

O Bloco II do Fórum de Ananindeua será um edifício de 4 pavimentos que corresponderá ao Fórum Cível da Comarca. O projeto é composto por salas de audiências, arquivo, gabinetes de juízes, alojamento, salas de serviço psicossocial, secretarias, custódia, assessorias, brinquedoteca, copa, cozinha, restaurante, estacionamento para o público e estacionamento privativo. O prédio será adaptado para pessoas portadoras de necessidades especiais e os ambientes de trabalho serão todos refrigerados, possuindo iluminação natural. Atualmente, a obra se encontra no segundo pavimento, dentro do cronograma previsto (Figura 03).



Figura 03. Construção do Bloco II de Ananindeua – Fase de Concretagem da 2ª laje

Na obra do almoxarifado central ocorrerá a substituição do telhado por telhas metálicas pintadas com isolamento térmico, com recuperação e pintura da estrutura de aço e será mantida a configuração geral do prédio, sem acréscimo da área construída ou infra-estrutura existente. Os exaustores serão reaproveitados para, em conjunto com a pintura branca das telhas e o isolamento térmico em poliuretano, reduzirem a temperatura ambiente a níveis confortáveis para os ocupantes. Ao final da reforma, o custo desse investimento será de R\$144.794,06.

No prédio onde funciona a 6ª Vara do Juizado Especial Cível, localizado na Avenida José Bonifácio, será realizado um trabalho de substituição da cobertura do prédio principal e revisão da cobertura das salas anexas. Será executada ainda a pintura interna e externa da edificação, substituição de metais sanitários danificados, limpeza dos toldos em policarbonato e ajuste do letreiro da fachada, com investimento total de R\$54.816,76. Nesta obra também será mantida a configuração geral do prédio, sem elevação da área construída ou infra-estrutura existente.

AJUSTES NO PLANO DE OBRAS DO TJPA

Após aprovação do Plano de Obras, em outubro de 2010, foram necessários alguns ajustes, adequando de forma dinâmica o referido Plano à realidade das Comarcas e às condições físicas das edificações do TJPA, considerando parâmetros atualizados. Foram realizadas as alterações necessárias e o Plano de Obras ajustado é mostrado no quadro 01.

No Plano de Obras, as obras são mostradas conforme o critério de classificação prescrito na Resolução 114 do CNJ, que regulamenta o planejamento, a execução e o monitoramento das obras do Poder Judiciário. As obras são divididas em obras de pequeno porte (Grupo I), médio porte (Grupo II) e grande porte (Grupo III). Dentro destes grupos, há subdivisões que distinguem reformas com adaptação de espaços de ampliações da infra-estrutura predial.

QUADRO 01. PLANO DE OBRAS DO TJPA

Local	Descrição	Valor Estimado	Previsão Exec.
GRUPO I - ATÉ R\$ 150.000,00			
REFORMA			
Belém	Adaptação física para instalação 01 Vara Comum	50.000,00	2011
Belém	Reforma cobertura e forro - 3 Vara Juiz. Especial Cível (PRO-JUD)	142.880,00	2011
Belém	Pequenas reformas - Diversos locais	150.000,00	2010 2011
Belém	Pequenas reformas - Diversos locais	150.000,00	2012
Belém	Adaptação física para instalação 01 Vara Comum	50.000,00	2012
Belém	Pequenas reformas - Diversos locais	150.000,00	2013
Belém	Pequenas reformas - Diversos locais	150.000,00	2014
Belém	Adaptação física para instalação 01 Vara Comum	50.000,00	2013
Belém	Adaptação física para instalação 01 Vara Comum	50.000,00	2014
Belém	Pequenas reformas - Diversos locais	150.000,00	2014
Inhangapi	Reforma Geral	129.421,44	2012
Prainha	Recup. Estrutural Resid. Oficial	149.000,00	2012
	SUBTOTAL (1)	1.371.301,44	

GRUPO II - A PARTIR DE R\$ 150.000,00 ATÉ R\$ 1.500.000,00			
REFORMA COM ADAPTAÇÕES			
Belém	Ampl. rede elétr. Juiz. Criminal Meio Amb./2 V. Juiz. Esp. Cível p/PROJUD	259.892,00	2011
Alenquer	Recuperação estrutural e Reforma geral c/adaptação dos espaços	993.894,00	2013
Belém	Pintura externa e manutenção Prédio Sede TJPA	1.000.000,00	2012
Belém	Reforma cobertura, impermeabiliz., banheiros, esquad. F. Criminal	490.000,00	2012
Belém	Reforma geral c/inst. Contra incêndio do Arquivo Geral	600.000,00	2012
Belém	Reforma geral do prédio do Depositário Público	418.844,51	2011
Belém	Reforma do Anexo IV e Construção Galpão DEAM	1.286.944,00	2012
Óbidos	Reforma geral c/adaptação dos espaços	820.000,00	2013
Pacajá	Reforma geral c/adaptação dos espaços	941.000,00	2013
Curionópolis	Reforma geral c/adaptação dos espaços	772.800,00	2013
Rio Maria	Reforma geral c/adaptação dos espaços	826.978,00	2013
Currálinho	Construção novo prédio	1.095.000,00	2013
Bujaru	Reforma geral c/adaptação dos espaços	713.320,00	2013
Ponta de Pedras	Reforma geral c/adaptação dos espaços	705.220,00	2013 2014
Anajás	Reforma geral c/adaptação dos espaços	654.080,00	2013 2014
Maracanã	Reforma geral c/adaptação dos espaços	701.265,00	2013 2014
Almerim	Reforma geral c/adaptação dos espaços	776.628,00	2013 2014
Ruropolis	Reforma geral c/adaptação dos espaços	799.328,00	2013 2014
Belém	Serviço Médico e odontológico - Reforma e Adaptação	600.000,00	2012
Belém	Anexo II e III - DGP	1.292.000,00	2012
Belém	Estacionamento II - Predio Sede - Ampliação	350.000,00	2012
Belém	ESM - Reforma	500.000,00	2012
Santa Izabel	Reforma e Ampliação (Juizado Especial)	861.792,62	2012
C. Araguaia	Juizado Especial	1.010.659,80	2012
Forum Cível	Adapt. Fórum Cível	400.000,00	2012
Belém	Fórum Criminal e anexo V	1.100.000,00	2012 2013
Oriximina	Construção anexo p/1 vara	750.000,00	2013
Tailândia	Construção anexo p/1 vara	660.000,00	2012
Castanhal	Juizado Especial	800.000,00	2013
Belém	Reforma estrutura metálica do Almoxarifado	183.000,00	2011 2012
Abaetetuba	Construção Anexo p/implantação de 1 Vara Exec. Penal	525.000,00	2014
	SUBTOTAL (2)	22.887.645,93	

GRUPO II - A PARTIR DE R\$ 150.000,00 ATÉ R\$ 1.500.000,00			
AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA			
Belém	Reforma parcial do Prédio Sede TJPA	700.000,00	2011
Parauapebas	Reforma geral c/Ampliação	650.557,00	2011
Viseu	Reconstrução	1.350.700,00	2012
Tucumã	Reforma Geral + Ampliação para 1 vara comum	1.355.000,00	2012
Novo Progresso	Construção Anexo p/implantação de 1 Vara Comum	750.000,00	2013
Castanhal	Construção Anexo p/ 1 Vara Inf. Juventude	890.000,00	2014
	SUBTOTAL (3)	5.696.257,00	
GRUPO III - ACIMA DE R\$ 1.500.000,00			
REFORMA COM ADAPTAÇÕES			
Breves	Reforma geral c/adaptações dos espaços	2.189.337,61	2012
Capanema	Construção novo prédio	1.860.000,00	2013 2014
Xinguara	Construção novo prédio	1.810.000,00	2013
Icoaraci	Ref. Geral do Juiz. Esp. Cível, Juiz. Esp.Criminal para inst. PROJUD	1.644.728,50	2012
Ananindeua	Ref.cobertura 2º Juiz. Esp. Cível / Criminal (PAAR) para PROJUD	1.550.227,78	2012
Ananindeua	Adapt. e ampliação de 2 Varas Juiz. Esp. Cidade Nova VIII para PROJUD	1.550.227,78	2012
Belém	Ref geral e ampl. 1V.Juiz.Esp. Cível, 1V.Juiz.Esp. Crim.(JURUNAS) p/PROJUD	1.920.000,00	2012
Mosqueiro	Reforma parcial e ampliação para PROJUD	2.644.798,09	2012
Mocajuba	Recuperação Estrutural e Reforma geral c/adaptação dos espaços	2.244.983,34	2012
Santana do Araguaia	Reforma geral c/adaptação dos espaços	1.979.079,22	2012
Goianésia do Pará	Reconstrução	1.713.280,00	2012
Tomé - Açu	Reconstrução	1.713.280,00	2012
	SUBTOTAL (4)	22.819.942,32	

GRUPO III - ACIMA DE R\$ 1.500.000,00			
AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA (CONSTRUÇÃO, RECONSTRUÇÃO, REFORMA COM AMPLIAÇÃO)			
Ananindeua	Contração Blocos I e II para criação de varas cíveis - 2ª etapa	9.500.000,00	2011 2012 2013 2014
Barcarena	Reforma Geral + Const. +1 vara	1.502.300,00	2013
Belém	Construção novo Almoxarifado	4.000.000,00	2012
Belém	Anexo II Prédio Sede TJPA c/estacionamento em 2 níveis (térreo / subsolo)	11.000.000,00	2012 2013
São Felix Xingu	Construção novo prédio c/ 02 Varas Comns	1.810.000,00	2013
Tucuruí	Construção Prédio Novo c/4 Varas + 1 Juizado	4.600.000,00	2011 2012
	SUBTOTAL (5)	32.412.300,00	
	TOTAL GERAL (1)(2)(3)(4)(5)	85.187.446,69	

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE PROJETOS - DE ARQUITETURA E COMPLEMENTARES

Em razão da grande demanda de obras previstas no Plano de Obras do TJPA, o DEAM optou pela contratação dos projetos de arquitetura, complementares e demais especificações, por meio de Ata de Registro de Preços, ficando responsável pelo levantamento de necessidades, execução dos projetos básicos e acompanhamento das demais fases.

Esta ação trouxe ganhos significativos em relação aos prazos de encaminhamento da documentação necessária à abertura de processo licitatório para contratação das empresas responsáveis pela execução das obras.

OBRAS ENCAMINHADAS PARA LICITAÇÃO

REFORMA DO SERVIÇO MÉDICO E ODONTOLÓGICO, E SERVIÇO PSICOSSOCIAL

A obra consiste na recuperação e adaptação dos imóveis localizados na Rua Joaquim Távora de modo a atender aos serviços Médico, Odontológico e Psicossocial do TJPA. Para isso, serão executados os seguintes serviços: pintura externa e interna, substituição do forro, abertura de vão do imóvel de nº 444 para o de nº 333 para proporcionar ventilação e iluminação, revisão dos telhados, revisão das instalações, substituição de divisórias existentes, instalações de divisórias de gesso acartonado, instalação de divisórias de placa cimentícia de modo a permitir a instalação de um maior número de cadeiras odontológicas.

REFORMA E AMPLIAÇÃO DO FÓRUM DE TUCUMÃ

Na obra de reforma, o Fórum da Comarca de Tucumã ganhará novos piso, forro, cobertura e paredes, de modo a proporcionar uma nova distribuição dos espaços, além da substituição de reboco nas paredes antigas, novas esquadrias, novos revestimentos de paredes e espaço para bicicletas. Com a ampliação de 182,88m², o prédio passará a contar com salão do Júri, salas de testemunhas, sala secreta, celas, depósito de armas e depósito de bens apreendidos. Ao final da obra, o Fórum terá os ambientes todos refrigerados, possuindo iluminação natural e adaptado para Portadoras de Necessidades Especiais.

CONSTRUÇÃO DO FÓRUM DE VISEU

O Fórum será totalmente construído, contemplando recepção, protocolo, central de mandados, sala de oficial de justiça, secretaria da Vara, sala de informática, secretaria do Fórum, Defensoria, Ministério Público, OAB, Gabinete do Juiz com assessoria e sala de audiência, Salão do Júri com sala da guarda, salas de testemunhas, sala secreta e celas masculino e feminino, custódia do menor, banheiros públicos, banheiros de funcionários e de PNE, depósito para bens apreendidos, sala de armas, copa e DML. O prédio ainda terá rede de cabeamento estruturado, central telefônica e atenderá integralmente as condições de acessibilidade.

REFORMA DOS PRÉDIOS ANEXO II E III

As reformas contemplarão os seguintes itens: novo forro; substituição do telhado; novas divisórias; novo pluri-rigoma no piso; as luminárias serão substituídas assim como os reatores e as lâmpadas; substituição de todos os corrimãos e os rodapés de madeira de lei, inclusive detalhes nas circulações; as portas do tipo prancheta serão substituídas por novas; será feita ainda a substituição de louças sanitárias e acessórios de banheiro e a padronização dos balancins. Ao final da obra os prédios estarão adequados as normas de acessibilidade. No Anexo III será ainda construída uma lanchonete na área livre do terreno.

REFORMA DA RESIDÊNCIA OFICIAL DE PRAINHA

A casa sofrerá reforço estrutural em sua fundação com micro-estacas, além da execução de um muro de contenção na sua lateral direita. Além disto, haverá a substituição do piso e esquadrias, além de reparos elétricos e pintura geral.

PROJETOS EM EXECUÇÃO

REFORMA E AMPLIAÇÃO DO JUIZADO ESPECIAL DA CIDADE NOVA 8

Localizado na Estrada da Providência, Complexo do COHEN, s/nº, o prédio onde hoje funciona o 3º Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Ananindeua, conhecido como Juizado Especial da Cidade Nova 8, teve seu projeto arquitetônico desenvolvido visando promover a modernização e atender a demanda crescente de processos em tramitação naquele Juizado. No âmbito da acessibilidade, o prédio está completamente adequado à legislação vigente, tendo como base a NBR 9050/2004, que dispõe acerca da Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos por Pessoas Portadoras de Deficiência, além do Decreto Lei nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004, a NBR 9077/2001, que dispõe acerca das saídas de emergência em edifícios, o Decreto Governamental 357 de 21 de agosto de 2007, bem como as Resoluções do CNPCP nº 3, de 2005 e nº 14 de 1994. Na Figura 04 é mostrado o projeto do novo Juizado Especial da Cidade Nova 8.

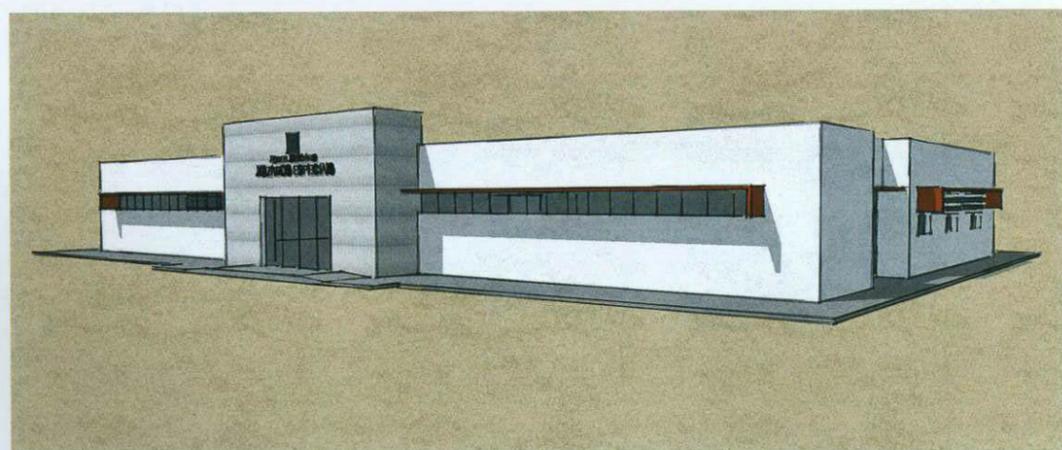


Figura 04. Projeto de Reforma e Ampliação do Juizado Especial da Cidade Nova 8.

CONSTRUÇÃO DO NOVO JUIZADO ESPECIAL DO PAAR

Localizado na Rua Itabira nº 1989, Bairro do Paar, o prédio onde hoje funciona o 2º Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Ananindeua, conhecido como Juizado Especial do Paar, será demolido e dará lugar a uma nova edificação.

O projeto arquitetônico foi também desenvolvido visando promover a modernização e atender a demanda crescente de processos em tramitação naquele Juizado, estando também completamente adequado à legislação vigente no tocante à acessibilidade (Figura 05).

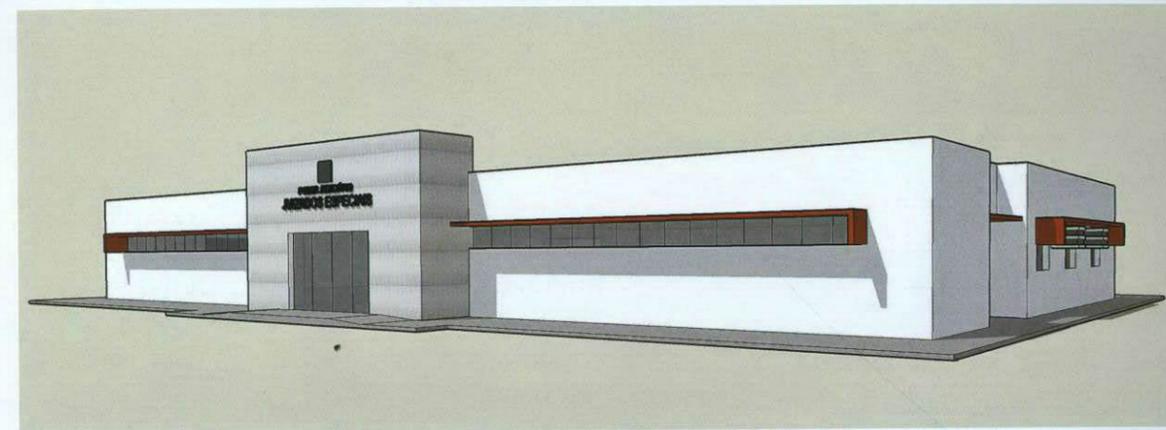


Figura 05. Projeto de Construção do Novo Juizado Especial do PAAR.

REFORMA E AMPLIAÇÃO DO JUIZADO ESPECIAL DE ICOARACI

O prédio sofrerá reforma com uma ampliação de 55,58m², ganhando novos piso, forro, cobertura, paredes, esquadrias, revestimentos, louças sanitárias, paisagismo, comunicação visual de acordo com as normas de acessibilidade 9050 ABNT, e nova pintura, além de vagas de estacionamento, vaga para PNE, cyber advogados e sala de informática. Ao final da obra, o prédio atenderá integralmente as condições de acessibilidade e terá espaço específico para OAB, Defensoria e MP (Figura 06).



Figura 06. Projeto de Reforma e Ampliação do Juizado Especial de Icoaraci

REFORMA E AMPLIAÇÃO DO FÓRUM DE MOCAJUBA

O Prédio do Fórum da Comarca de Mocajuba será totalmente reformado e sofrerá uma ampliação de 365,00m², contemplando novos pisos, esquadrias, revestimentos de paredes, forro, cobertura, nova disposição das paredes, além da substituição de reboco nas paredes antigas, entre outras ações. O salão do Júri terá uma nova configuração através da criação de salas de testemunhas, sala secreta e novas celas. Serão substituídos os pontos de cabeamento estruturado, as instalações elétricas, instalações hidráulicas e urbanização. Ao final da obra, o prédio também atenderá integralmente as condições de acessibilidade e terá espaço específico para Defensoria Pública, OAB, e MP (Figura 07).



Figura 07. Projeto de Reforma e Ampliação Fórum de Mocajuba.

REFORMA E AMPLIAÇÃO DO FÓRUM DISTRITAL DE MOSQUEIRO

O Projeto de Reforma com Ampliação de 403,00m² do Fórum de Mosqueiro, localizado na Rua Quinze de Novembro, no Distrito de Mosqueiro, foi desenvolvido visando promover a modernização e atender a demanda crescente de processos em tramitação naqueles Fórum e Juizado, completamente adequado à legislação vigente no quesito acessibilidade.

REFORMA E AMPLIAÇÃO DO FÓRUM DE SANTANA DO ARAGUAIA

O Fórum será totalmente reformado e ampliado em aproximadamente 363,84m² com a criação de Salão do Júri composto por sala da guarda, salas de testemunhas, sala secreta e celas. O prédio terá espaços para custódia do menor, sala psicossocial e ampliação de várias áreas, como recepção, protocolo e distribuição. O projeto contempla ainda sala dos oficiais de justiça, secretaria da vara, sala de informática, secretaria do Fórum, Defensoria, Ministério Público, OAB, Gabinete do Juiz com assessoria e sala de audiência, banheiros públicos, de funcionários e PNE, depósito para bens apreendidos, sala de armas, copa e DML. Ao final da obra o prédio atenderá integralmente as condições de acessibilidade (Figura 08).



Figura 08. Projeto de Reforma e Ampliação do Fórum Santana do Araguaia.

REFORMA DO JUIZADO ESPECIAL DE SANTA IZABEL

O projeto prevê a reforma total da edificação, contemplando novos pisos, forro, esquadrias, cobertura, além da construção de novas paredes para melhor adaptação e ampliação dos espaços, novos revestimentos, novas louças sanitárias, novo paisagismo etc. A comunicação visual será de acordo com as normas de acessibilidade da ABNT 9050, assim como o prédio todo será adaptado aos portadores de deficiência (Figura 09).



Figura 09. Projeto de Reforma do Juizado Especial de Santa Izabel.

REFORMA DO JUIZADO ESPECIAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

O projeto prevê também a reforma total da edificação, contemplado novas paredes, novo piso, novo forro, novas esquadrias, nova cobertura, novos revestimentos, novas louças sanitárias, paisagismo e a comunicação visual executada também de acordo com as normas de acessibilidade da ABNT 9050, assim como o prédio todo será modernizado e adaptado aos portadores de deficiência (Figura 10).



Figura 10. Projeto de Reforma do Juizado Especial de Conceição do Araguaia.

REFORMA DO PRÉDIO ANEXO IV

O prédio sofrerá reforma sem ampliação, ganhando novo piso, novo forro, nova cobertura, substituição de reboco nas paredes antigas, nova pintura, instalações de divisórias de gesso acartonado, novas esquadrias, novos revestimentos de parede, novas louças sanitárias, novo paisagismo etc. O prédio ainda receberá comunicação visual levando em consideração a norma de acessibilidade 9050 da ABNT e a instalação da plataforma elevatória.

REFORMA E AMPLIAÇÃO DO JUIZADO ESPECIAL DO JURUNAS

O Prédio será totalmente reformado e sofrerá ampliação de 342,83m², sendo concebida no projeto a criação de espaço para uma nova vara de juizado. O projeto contempla ainda os seguintes serviços: substituição de piso, forro, cobertura, paredes, reboco nas paredes antigas, esquadrias, revestimentos de parede, entre outros. Serão substituídos os pontos de cabeamento estruturado, as instalações elétricas, instalações hidráulicas e urbanização. Com esta reforma, o prédio passará a atender integralmente as condições de acessibilidade e terá espaço específico para Defensoria Pública, OAB, e MP.



Figura 11. Projeto de Reforma e Ampliação do Juizado do Jurunas.

REFORMA E AMPLIAÇÃO DO FÓRUM DE BREVES

O Fórum será totalmente reformado e ampliado em 200,58m², contemplando substituições de piso, forro, cobertura, paredes, esquadrias, revestimentos de parede, área de estacionamento entre outras ações. O salão do Júri terá nova estruturação com criação de salas de testemunhas, sala secreta e novas celas. Serão substituídos os pontos de cabeamento estruturado, as instalações elétricas, instalações hidráulicas e urbanização. Ao final da obra, o prédio atenderá integralmente as condições de acessibilidade e terá espaço específico para Defensoria Pública, OAB, e MP (Figura 12).



Figura 12. Projeto de Reforma e Ampliação do Fórum de Breves.

CONSTRUÇÃO DO NOVO ALMOXARIFADO

O projeto do novo almoxarifado foi concebido para ser executado com materiais desenvolvidos com tecnologia sustentável, contribuindo para a maximização da eficiência termo-energética, conforto ambiental, segurança e minimização dos custos. A cobertura do prédio é dividida em duas águas, sendo executada em telha Roll On com isolamento térmico. A concepção do projeto prevê a separação entre a parte administrativa e a de armazenagem. Na parte administrativa do prédio, as paredes serão executadas em divisórias de gesso acartonado com acabamento em pintura acrílica para interiores, sendo que as áreas molhadas, tais como banheiros e copas, deverão receber revestimento cerâmico. Na parte da armazenagem, a vedação será executada em telha metálica com isolamento térmico, disposta verticalmente fixada em estrutura metálica. O piso da área administrativa será em porcelanato 50 x 50 cm, e o da área de estoque será em concreto de alto tráfego com acabamento em resina epóxi. O forro adotado será todo em gesso acartonado liso assentado sob entarugamento metálico. Na parte destinada aos galpões não haverá assentamento de forro (Figura 13).

A construção desta edificação permitirá o remanejamento do corpo de funcionários do Almoxarifado Central e de grande parte dos bens patrimoniais do TJPA, reduzindo significativamente o volume de estoque ali armazenado, e permitindo que uma parte do Arquivo Geral do TJPA – que não possui mais espaço para arquivamento de processos – seja remanejada para o prédio do Almoxarifado Central.



Figura 13. Projeto de Construção do Novo Almoarifado.

REFORMA DO PRÉDIO DO ARQUIVO GERAL

O Edifício do Arquivo Geral é responsável pela guarda de documentos tanto administrativos quanto judiciais, através do arquivamento Intermediário e Permanente do TJP. A obra de reforma tem como finalidade adaptá-lo com a criação de novas saídas de emergência, como também recuperação do prédio.

O edifício é composto por dois pavimentos tendo 825,44m² no pavimento térreo e 425,78m² no pavimento superior, com uma área total construída de 1.251,22m². As novas saídas de emergência serão criadas abrindo-se dois vãos com a instalação de portas tipo corta-fogo no andar térreo do prédio. Serão feitas também duas escadas metálicas, sendo a primeira externa ao prédio interligando a circulação no pavimento superior com a área livre no pavimento térreo, e a segunda, do tipo marinho, será localizada no interior do prédio, interligando sala no pavimento superior com o espaço de arquivo no andar térreo. Serão realizados também serviços de recuperação da cobertura, reforma das instalações elétricas, instalação de detectores de fumaça, circuito interno de tv e pintura geral da edificação, além da instalação de extintores de incêndio, seguindo projeto existente já aprovado pelo Corpo de Bombeiros.

RECONSTRUÇÃO DO FÓRUM DE TOMÉ-AÇU

O imóvel será construído no terreno onde funcionava o antigo Fórum, incendiado em 2008. O projeto foi concebido de forma flexível e modular, possibilitando a construção de mais um pavimento caso seja necessária sua expansão (Figura 14). As áreas destinadas aos diversos setores laborais do edifício são bem definidas, assim como o fluxo de pessoas e de processos, contribuindo desta forma para segurança dos jurisdicionados, servidores e Magistrados.

O Fórum de Vara única está setorizado da seguinte forma: instituições parceiras, Ordem dos Advogados do Brasil, Defensoria Pública e Ministério Público, e área de espera própria; estrutura judiciária, composta por secretaria, assessoria, gabinete, sala de audiências, espera, central de mandados e sala dos oficiais de justiça e arquivo; setor administrativo e de atendimento ao público, com recepção, protocolo, sala de informática, som e monitoramento, vestiário de serviço, banheiros (público e de funcionários) e copa; Salão do Júri com platéia de 44 lugares, sala de reunião do Conselho de Sentença e salas de testemunhas, além de depósito de bens apreendidos com área reservada para armas; e carceragem, com celas para homens e mulheres e custódia para menor, masculina e feminina e sala de reconhecimento.

O hall principal funciona como direcionador de fluxos de pessoas ao atendimento, às instituições parceiras, ao Salão do Júri e à Vara única. Quanto à locação do edifício no terreno, haverá entrada distinta para pedestres e veículos. Em virtude do tamanho do terreno o estacionamento será de uso exclusivo dos carros da Comarca e do veículo de transporte de presos. Os réus possuem circulação restrita dentro do edifício e juizes e testemunhas podem ter acesso diferenciado ao Salão do Júri, através de uma circulação de segurança. Por esta circulação, testemunhas também poderão ter acesso ao Fórum de forma protegida. Estes espaços são compartilhados pela Vara e Salão do Júri de forma segura.

A ventilação e iluminação de corredores e áreas de espera são naturais, os ambientes laborais serão refrigerados, porém dispõem de iluminação natural; as águas pluviais provenientes da cobertura serão captadas e reutilizadas no jardim; e todas as instalações serão adequadas aos Portadores de Necessidades Especiais – PNE. O projeto prevê ainda instalação de sistemas de som, inclusive para chamadas de audiência, alarme, sistema de intrusão e CFTV.



Figura 14. Projeto de Reconstrução do Fórum de Tomé Açú.

RECONSTRUÇÃO DO FÓRUM DE GOIANÉSIA DO PARÁ

O projeto prevê a construção de edifício térreo com aproximadamente 620m² de área construída, concebido de forma flexível e modular, possibilitando a construção de módulos de expansão (Figura 15). As áreas destinadas aos diversos setores laborais do edifício são bem definidas, assim como o fluxo de pessoas e de processos, contribuindo desta forma para segurança dos jurisdicionados, servidores e Magistrados.

O Fórum de Vara única está setorizado da seguinte forma: instituições parceiras, Ordem dos Advogados do Brasil, Defensoria Pública e Ministério Público, e área de espera própria; estrutura judiciária, composta por secretaria, assessoria, gabinete, sala de audiências, espera, central de mandados e sala dos oficiais de justiça e arquivo; setor administrativo e de atendimento ao público, com recepção, protocolo, secretaria administrativa, sala de informática, som e monitoramento, vestiário de serviço, banheiros (público e de funcionários) e copa; Salão do Júri com platéia de 40 lugares, sala de reunião do Conselho de Sentença e salas de testemunhas, além de depósito de bens apreendidos com área reservada para armas; e carceragem, com celas para homens e mulheres e custódia para menor, masculina e feminina e sala de reconhecimento.

O hall principal está estrategicamente localizado para que direcione o fluxo de pessoas ao atendimento, às instituições parceiras, ao Salão do Júri e à Vara única, funcionando também como área de circulação. Quanto à locação do edifício no terreno, haverá entrada distinta para pedestres, veículos e veículo de transporte de presos. Os réus possuem circulação restrita dentro do edifício e juízes e testemunhas podem ter acesso diferenciado ao Salão do Júri, através de uma circulação de segurança. Por esta circulação, testemunhas também poderão ter acesso ao Fórum de forma protegida. Estes espaços são compartilhados pela Vara e Salão do Júri de forma segura.

A ventilação e iluminação de corredores e áreas de espera são naturais, os ambientes laborais serão refrigerados, porém dispõem de iluminação natural; as águas pluviais provenientes da cobertura serão captadas e reutilizadas no jardim; e todas as instalações serão adequadas aos Portadores de Necessidades Especiais – PNE. O projeto prevê ainda instalação de sistemas de som, inclusive para chamadas de audiência, alarme, sistema de intrusão e CFTV.



Figura 15. Projeto de Reconstrução do Fórum de Goianésia do Pará.

AMPLIAÇÃO DO ESTACIONAMENTO DO PRÉDIO SEDE

O projeto prevê o acréscimo de 48 novas vagas em espaço já existente no estacionamento anexo ao Prédio Sede, sendo 22 vagas cobertas, construção de rampa de elevação para lavagem de veículos do Tribunal e depósito com vestiário. O projeto de drenagem será executado em todo o terreno.

RECUPERAÇÃO E RESTAURAÇÃO DO PRÉDIO DO DEPOSITÁRIO PÚBLICO

O projeto prevê a recuperação do antigo casarão onde funcionava a parte administrativa do Depositário Público. A intervenção prevê a recuperação da estrutura, restauração da fachada, substituição da cobertura existente, esquadrias, além da modernização das instalações elétricas, de rede estruturada, hidrossanitárias e de combate a incêndio. Um novo piso será construído em revestimento cerâmico, além de divisórias, criando um novo leiaute interno.

OUTRAS AÇÕES

INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE EXAUSTÃO DO RESTAURANTE DO PRÉDIO SEDE

Com o objetivo de amenizar a dissipação do odor dos alimentos, foi previsto um sistema de exaustão localizado sobre a bancada, onde ficam os rechauds. A captação de ar é feita por grelhas contínuas, situadas a 2,10m do piso. O duto de exaustão será construído em chapa de aço inoxidável, sendo do tipo giroval. Este ficará acima da bancada. O exaustor será do tipo tubo axial, localizado junto à circulação de serviço. O duto, procedente do restaurante, prolonga-se nessa área onde está o exaustor e acopla-se ao mesmo. A descarga de ar será para a área livre onde já existe outro duto de exaustão da coifa da cozinha.

Juntamente com o sistema de exaustão, foi prevista a instalação de dois condicionadores splits de 60.000 Btu/h cada, que funcionarão como uma cortina de ar, na direção da bancada dos rechauds não havendo retorno de ar para os mesmos. O exaustor irá retirar o ar proveniente dos splits, de forma a não comprometer a climatização feita pelos dois condicionadores existentes.

SUBSTITUIÇÃO DO SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO DO FÓRUM CRIMINAL

As centrais de refrigeração do Fórum Criminal possuem entre 12 e 15 anos. Em virtude disto já possuem mais peças de reposição originais de fábrica, o que vem provocando a perda de rendimento destes equipamentos. A solução definitiva será a substituição destes equipamentos, previstas para os meses de março e junho de 2012.

AQUISIÇÃO DE PLATAFORMAS PARA PNE

Serão adquiridas plataformas para transporte vertical de pessoas portadoras de necessidades especiais com vistas a melhorar as condições de acessibilidade nas edificações do Poder Judiciário.

AQUISIÇÃO DE PGDM

No ano de 2011 foi elaborado Termo de Referência para aquisição, no ano de 2012, de aproximadamente 20 portas giratórias com detector de metal, que serão instaladas em diversos fóruns da região metropolitana e interior do estado. O intuito é oferecer condições mais eficientes de controle de acesso das pessoas que transitam pelos Fóruns.

INSTALAÇÃO DE CFTV NAS COMARCAS DO INTERIOR

Nas obras de reforma e ampliação de diversas edificações do Poder Judiciário está sendo prevista a execução da infra-estrutura para instalação dos circuitos internos de TV, que permitirão o monitoramento das áreas internas e externas das edificações com vistas a proporcionar melhores condições de segurança aos jurisdicionados.

DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO E SERVIÇOS

Ao Departamento de Patrimônio e Serviços, componente da Secretaria de Administração, compete coordenar em nível de direção as atividades de aquisição de serviços, materiais de consumo e permanente, tombamento e controle patrimonial, serviços gerais, protocolo e serviço de transporte através de suas Unidades Administrativas. Atualmente, integram o DPS 98 servidores do quadro; 48 motoristas terceirizados, 7 motociclistas terceirizados, 37 pessoas de apoio e 247 de serviços gerais e limpeza.

Este relatório apresenta as ações desenvolvidas pelo Departamento de Patrimônio e Serviços no exercício 2011 e está organizado a partir das ações de suas unidades internas, contendo informações de atividades de rotina, dados financeiros brutos levantados dos contratos geridos até o dia 30 de setembro, bem como, ações em articulação com outros setores estratégicos do TJPA.

Valores apurados no período por unidade administrativa e totalização verificada no Departamento:

DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO E SERVIÇOS	
DIVISÃO DE TRANSPORTES	5.054.505,20
DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS	11.939.287,73
DIVISÃO DE MATERIAIS E BENS PATRIMONIAIS	1.811.065,36
DIVISÃO DE COMPRAS	3.802.159,03
DIVISÃO DE INFORMAÇÃO E PROTOCOLO ADMINISTRATIVO	***
TOTALIZAÇÃO	22.607.017,32



DIVISÃO DE TRANSPORTES

A Divisão de Transportes tem a competência de orientar, coordenar e executar as atividades referentes a transportes, assim como guarda, manutenção e conservação da frota do Tribunal através do planejamento, organização, coordenação e controle das atividades relativas ao transporte; no gerenciamento do deslocamento de servidores e transporte de material entre o Edifício Sede e os demais prédios do TJ, além dos Fóruns Cível e Criminal; na articulação com setores responsáveis pela elaboração de contratos de prestação de serviços, manutenção na utilização de frota; na gestão dos contratos de locação e manutenção de veículos; no gerenciamento da viabilização de viagens para Comarcas; na supervisão do controle de Frequência de Motoristas; no gerenciamento das rotinas administrativas (licenciamento de veículos com emissão de boletos via web; encaminhamento de notas fiscais ao setor financeiro; controle das requisições de transporte; elaboração da escala de motoristas; conferência e certificação de serviços de manutenção, dentre outras); na gerência do abastecimento da frota, inclusive via CTF; na supervisão do controle das ocorrências de sinistros envolvendo veículos da frota; na emissão de parecer técnico à Diretoria do DPS para fins de prestação de informação e suporte à decisão; no controle de penalidades previstas no Código Nacional de Trânsito; na gerência do fluxo de entrada e saída dos veículos a serviço do órgão; e na manutenção operativa, preventiva e corretiva da frota.

SERVIÇO DE CONTROLE DA FROTA

O Serviço de Controle da Frota é uma das áreas de atuação da Divisão de Transportes que tem como foco principal a regularização dos automóveis do TJPA, através da gestão do licenciamento anual dos veículos e acompanhamento dos registros de entrada/saída dos veículos oficiais nos prédios do TJPA, providenciando o reconhecimento e devido pagamento das multas referentes a infrações de trânsito. É o setor que cataloga e organiza a documentação dos carros, motocicletas e embarcações pertencentes ao Tribunal, gerenciando as estatísticas das quantidades de veículos e suas localizações.

TIPO DE VEÍCULO	QUANTIDADE
Carros	160
Motocicletas	93
Embarcações	18

ATIVIDADES DE ROTINA

1. Licenciamento de veículos - Para o ano de 2011, o valor gasto com o licenciamento de veículos foi de R\$ 42.441,31 (quarenta e dois mil, quatrocentos e quarenta e um reais e trinta e um centavos);

2. Lavagem de veículos - Para fazer frente a este contrato entrou em vigor no mês de agosto a Ata de Registro de Preço no 020/2011/TJPA, com validade de 12 (doze) meses e valor global de R\$ 51.630,24 (cinquenta e um mil, seiscentos e trinta reais e vinte e quatro centavos). O valor empregado até setembro foi de R\$ 28.712,09 (vinte e oito mil setecentos e doze reais e nove centavos) dos quais R\$ 20.141,25 (vinte mil cento e quarenta e um reais e vinte e cinco centavos) são recursos da Ata anterior que vigorou até julho;

3. Abastecimento de veículos - Está sendo executado através do Contrato no 096/2009/TJPA (prorrogado) com validade de 12 (doze) meses e valor global de R\$ 492.243,74 (quatrocentos e noventa e dois mil, duzentos e quarenta e três reais e setenta e quatro centavos) com valor realizado de R\$ 380.885,86 (trezentos e oitenta mil oitocentos e oitenta e cinco reais e oitenta e seis centavos);

Serviços Diversos – O SCF também é responsável pelos processos inerentes a serviços diversos nos automóveis, como colocação de películas solares, confecção de placas novas e substituição de antigas (38 pares de placas) e identificação visual (adesivagem) dos veículos que totalizados perfazem o montante de R\$ 8.255,50 (oito mil duzentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos).

ATIVIDADES CONJUNTAS

Além das atribuições descritas, o Serviço participa ativamente em conjunto com outros setores do Tribunal para dar seguimento a diversos processos, como:

1. Leilão de veículos - Em conjunto com a Divisão de Tombamento e a Comissão Permanente de Licitações (CPL) dentre outros, o SCF organiza toda a documentação necessária para a entrega dos veículos, possibilitando a transferência de propriedade por parte dos arrematantes. O último leilão ocorreu no dia 22 de Dezembro de 2010, com um total de 40 veículos arrematados, com um montante de R\$ 367.500,00 (trezentos e sessenta e sete mil e quinhentos reais) arrecadados. A entrega dos veículos se deu entre os meses de Janeiro e Fevereiro de 2011;

2. Transferências de propriedade - Em conjunto com comarcas do interior, o SCF procede à transferência de veículos doados ao TJPA.

MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS

IMPLANTAÇÃO DO MONITORAMENTO DE VEÍCULOS VIA GPS

No mês de maio foram instalados os módulos de rastreamento por satélite (GPS) em 106 veículos que compõem a frota do TJPA. Trata-se de mais uma tecnologia embarcada, que somada aos módulos UVE (unidade veicular – instrumento de controle eletrônico de abastecimento de veículos – sistema CTF) permitem uma maior interação de motoristas em deslocamento com a unidade administrativa, bem como o aperfeiçoamento de mecanismos de controle de rotas e sobre os insumos inerentes aos veículos. Tal ação tem gerado economia em diversos itens que compõem o custeio de manutenção veicular, além de ampliar a segurança de magistrados nos seus deslocamentos funcionais. É um instrumento que auxilia no planejamento das manutenções veiculares ao mesmo tempo em que ajuda a dirimir dúvidas em relação às infrações de trânsito.



RESUMO DO CUSTEIO:

ATIVIDADES	CUSTO NO PERÍODO
Regularização e licenciamento de veículos	42.441,31
Pneumáticos de Carros	68.080,00
Pneumáticos de Motocicletas	11.605,88
Manutenção de veículos sem garantia	208.233,92
Manutenção de veículos em garantia	5.500,00
Combustíveis	380.885,86
Aquisição de veículos novos	3.720.000,00
Monitoramento de veículos (GPS)	13.125,64
Lavagem de veículos	28.712,09
Terceirização de Motociclistas	75.416,04
Terceirização de Motoristas	500.504,46
TOTAL	5.054.505,20

observação: informações consolidadas no período de 01/01 até 30/09/11.

DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS

COMPETÊNCIAS:

1. Gerenciar, orientar, coordenar e controlar a contratação e execução dos serviços referentes a reparos, limpeza, conservação e manutenção patrimonial, segurança patrimonial, bem como dos serviços de reprografia para a Capital e Comarcas do Interior;

2. Fiscalização de serviços de consertos e/ou substituição dos equipamentos indispensáveis à limpeza e conservação dos ambientes, além de supervisão e apoio às copas do Fórum Cível, Fórum Criminal e seus anexos, Edifício Sede e Juizados.

ATIVIDADES DE ROTINA

1. Administração dos contratos – Gerir 25 contratos inerentes ao suporte necessário ao funcionamento das atividades fins, como: Limpeza e conservação, vigilância armada, coleta de lixo hospitalar, fornecimento de refeição para atividades, serviço de hospedagem, fornecimento de insumos para sessões plenárias entre outros.

2. Elaboração de Termo de Referência – Para efetivar a instrução processual necessária à realização de processos licitatórios e a contratação de serviços.

3. Locação de Equipamentos – Máquinas impressoras/copiadoras instaladas nos Fóruns Criminal e Cível, Edifício Sede, Escola Superior de Magistratura, Capanema e Capitão-Poço, e ainda, locação e operação de som para as sessões de plenário e júri.

ATIVIDADES CONJUNTAS

Apoio logístico aos eventos realizados pelo TJPA, inclusive a disponibilização de recursos audiovisuais e o fornecimento de outros equipamentos.

RESUMO DO CUSTEIO:

SERVIÇOS CONTRATADOS	CUSTO
Alarme (manutenção e instalação)	R\$ 229.868,26
Aluguel de Máquinas Copiadoras	R\$ 92.091,16
Assinatura de Jornal	R\$ 4.277,00
Carimbos / Chaves	R\$ 37.704,43
Controle de Pragas	R\$ 25.384,51
Fornecimento de Café	R\$ 45.800,00
Fornecimento de Leite	R\$ 85.284,21
Fornecimento de Açúcar	R\$ 13.902,00
Fornecimento de Água	R\$ 102.538,84
Fornecimento de Lanche P/ Sessões dos Plenários	R\$ 115.723,38
Fornecimento de Refeição	R\$ 239.340,00
Fornecimento de Gás	R\$ 18.832,00
Manutenção de Relógio de Ponto	R\$ 7.800,00
Serviço de Jardinagem	R\$ 119.920,64
Serviço de Limpeza	R\$ 4.463.715,43
Serviço de Lavagem de Roupa Hospitalar / comum	R\$ 8.786,42
Serviço de Manutenção de Equipamentos Médicos e Odontológicos	R\$ 23.847,50
Serviço de Manutenção de Aparelhos de Fax, Máquinas e outros...	R\$ 15.142,60
Serviço de Operação e Locação de Som	R\$ 205.020,00
Serviço de Vigilância Armada	R\$ 1.375.351,00
Serviço de Recarga e Aquisição de Extintores	R\$ 14.470,00
Serviço de Hospedagem (contrato capital)	R\$ 15.660,00
Serviço de Coleta de Lixo Hospitalar	R\$ 4.530,00
Serviço de Placas de Identificação	R\$ 75.000,00
Serviço de Locação de Tendas, Palco e Banheiros Químicos.	R\$ 47.035,00
Serviço de Confeção de Uniformes	R\$ 27.277,68
TOTAL	R\$ 7.414.302,06

SERVIÇOS COM CUSTEIO FIXO	CUSTO
Fornecimento de Luz	R\$ 2.563.731,94
Fornecimento de Água	R\$ 190.340,83
Telefonia	R\$ 1.502.906,80
TOTAL	R\$ 4.256.979,57

SERVIÇOS CONTRATADOS EVENTUALMENTE	CUSTO
Serviço de mão de obra	R\$ 1.050,00
Serviço de confecção de carimbo	R\$ 1.144,90
Serviço de organização de arquivo	R\$ 5.900,00
Serviço de hotelaria (capital e interior)	R\$ 28.937,75
Serviço de confecção de urnas	R\$ 420,00
Serviço de lavagem	R\$ 2.687,00
Serviço de manutenção PABX	R\$ 350,00
Serviço de guincho	R\$ 350,00
Serviço de arranjos florais	R\$ 1.980,00
Serviço de transporte de bens	R\$ 13.377,26
Serviço de confecção de chaves	R\$ 1.198,58
Serviço de decoração	R\$ 4.675,00
Serviço de instalação móvel	R\$ 120,00
Serviço de reforma de móveis	R\$ 23.461,00
Serviço de confecção de quadros *	R\$ 9.860,00
Serviço de locação de salão	R\$ 5.710,00
Serviço de locação de barco	R\$ 11.789,00
Serviço de encadernação	R\$ 353,00
Serviço de locação de veículos	R\$ 13.700,00
Serviço de aquisição de rádio	R\$ 5.370,00
Serviço de transporte fluvial	R\$ 3.500,00
Serviço de reparos central telefônica	R\$ 550,00
Serviço de coffee break	R\$ 11.599,00
Serviço de recuperação de tubulação	R\$ 950,00
Serviço de contratação de intérprete	R\$ 300,00
Serviço de confecção de móveis	R\$ 12.065,00
Serviço de aquisição de garrações	R\$ 2.912,00
Serviço de contratação de animador	R\$ 380,00
Serviço de aluguel de cadeiras	R\$ 1.162,25
Serviço de contratação de designer	R\$ 980,00
Serviço de tradução	R\$ 300,00
Serviço de aquisição de guarda-sol	R\$ 356,00
Serviço de confecção de galeria de fotos	R\$ 4.860,00
Serviço de revitalização de placas	R\$ 3.700,00
Serviço de reparo de toldos	R\$ 5.954,00
Serviço de contratação de palestrante	R\$ 1.000,00
Serviço de publicação de nota fúnebre	R\$ 3.936,00
Serviço de aferição metrológica	R\$ 161,40

Serviço de confecção e aquisição de mobiliários	R\$ 5.680,00
Serviço de conserto em bebedouros	R\$ 1.635,00
Serviço de sonorização	R\$ 3.641,46
Serviço de contratação de músico	R\$ 3.700,00
Serviço de contratação de profissional	R\$ 8.115,00
Serviço de apresentação artística	R\$ 3.900,00
Serviço de produção fotográfica	R\$ 977,00
Serviço de restauração de quadros	R\$ 1.050,00
Serviço de contratação médico	R\$ 600,00
Serviço de limpeza de esgoto	R\$ 630,00
Serviço de fogões industriais	R\$ 1.078,00
Serviço de aquisição de carrinhos	R\$ 2.523,00
Serviço de aquisição de Obra Jurídica	R\$ 2.105,50
Serviço de manutenção predial	R\$ 1.600,00
Serviço de publicação de mensagem institucional	R\$ 15.900,00
Serviço de manutenção corretiva de coletor de dados	R\$ 985,00
Serviço de reforma de forro	R\$ 270,00
Serviço de aquisição de pontos p/ banco de dados	R\$ 2.240,00
Serviço de montagem de móveis	R\$ 1.550,00
Serviço de manutenção de cerca elétrica	R\$ 3.737,00
Serviço de aquisição de uniformes	R\$ 5.910,00
Serviço de confecção pelerines	R\$ 1.425,00
Serviço de aquisição de motor	R\$ 7.987,00
Serviço de recarga de extintor (interior)	R\$ 3.668,00
TOTAL	R\$ 268.006,10

Observação: informações consolidadas no período de 01/01 até 30/09/11.

DIVISÃO DE MATERIAIS E BENS PATRIMONIAIS

COMPETÊNCIAS:

1. Gerenciar, dirigir, levantar, orientar, programar e controlar a execução das atividades pertinentes ao cadastramento e administração patrimonial dos bens móveis e imóveis adquiridos pelo Tribunal, recebendo, atestando, registrando, classificando, codificando cadastrando e armazenando o material adquirido, controlando estoques, suprimindo as demandas de material de consumo e de material permanente oriundos da Capital, Comarcas do interior e demais unidades do Tribunal de Justiça;

2. Integrar e Coordenar a Comissão Técnica Permanente de Patrimônio, estabelecida pela Portaria nº 1274/2008-GP, que tem as seguintes competências: I – Avaliar e demonstrar a situação em que se encontram os bens imóveis e móveis do Poder Judiciário, inclusive no que se refere aos respectivos registros; II – Proceder ao inventário dos bens imóveis e móveis, identificando e notificando, através de relatórios sistematizados, à Secretaria de Administração acerca das inconsistências constatadas; III – Subsidiar a Secretaria de Administração e o Departamento de

Patrimônio e Serviços na elaboração, desenvolvimento e implantação de medidas que visem solucionar as inconsistências identificadas; IV – Elaborar Laudo Técnico de bens móveis previamente identificados, a fim de declará-los inservíveis; V – Elaborar Laudo de Avaliação dos bens móveis declarados inservíveis.

ATIVIDADES DE ROTINA

Administração de Contrato – Gestão do serviço de telefonia móvel que tem orçamento global para 12 meses previsto para R\$ 224.994,72 (duzentos e vinte e quatro mil novecentos e noventa e quatro reais e setenta e dois centavos) e já utilizado R\$ 168.746,04 (cento e sessenta e oito mil setecentos e quarenta e seis reais e quatro centavos);

Atividades Diversas – Gerenciamento periódico de inventário, emplacamento, atividade de almoxarifado, conferência, manutenção, catálogo, fichário de localização, elaboração de balancetes, balanço físico-financeiro dos bens patrimoniais, de engenharia e informática, inclusive os inservíveis e lavra dos respectivos termos de responsabilidade, reparo das avarias que se verificar em qualquer material que esteja sob sua guarda, trânsito (recebimento, registro, transferência/distribuição e controle) de bens móveis, abrangendo os casos de cessão e permuta e doação de bens inservíveis, bem como incorporação e tombamento, inclusive veículos, motos e barcos;

Ações de Controle – Controle e regularização da documentação dos bens imóveis pertencentes ao TJE, organizando e mantendo arquivo contendo cópias dos títulos de domínio e posse em conjunto com as respectivas plantas dos bens patrimoniais.

RESUMO DO CUSTEIO:

ATIVIDADE	DETALHAMENTO	LOCAL	CUSTO
Aquisição de Bens Móveis para atendimento da Capital	A Divisão de Material e Bens Patrimoniais é responsável pelo atendimento das demandas referentes a mobiliário originadas de toda a capital, incluindo o Distrito de Icoaraci e Mosqueiro.	Capital	R\$ 1.031.282,54
Aquisição de Bens Móveis para atendimento do Interior	A Divisão de Materiais e Bens Patrimoniais recebe demandas originadas de todas as comarcas do interior do estado. De acordo com a disponibilidade dos bens, são realizados programas de atendimentos com o fim de prover as comarcas interioranas dos bens necessários ao aparelhamento necessário ao desempenho das atividades jurisdicionais.	Interior	R\$ 611.036,78
Contrato de Serviços de Telefonia Móvel	Atende Magistrados e Gestores	Ambos	168.746,04
TOTAL GERAL DOS RECURSOS APLICADOS			R\$ 1.642.319,32

Observação: informações consolidadas no período de 01/01 até 30/09/11.

Resumo do Custeio:

ATIVIDADE	CUSTO
Aquisição de material de expediente, por meio de Atas de Registro de Preços.	R\$ 492.783,05
Aquisição de material de cartuchos e insumos para recarga de cartuchos, por meio de Atas de Registro de Preços.	R\$ 335.040,56
Aquisição de material impresso por meio de Atas de Registro de Preços.	R\$ 367.422,00
Emissão de "Ordens de Autorização de Compras" relativas a pedidos formulados por meio de Atas de Registro de Preços de outros Setores.	R\$ 3.273.889,74
Emissão de "Ordens de Autorização de Compras" relativas a compras realizadas com dispensa de licitação.	R\$ 951.991,29
TOTAL	R\$ 5.421.126,64

Custo da distribuição de materiais até a presente data:	
Fornecimento, por meio de nossos almoxarifados de materiais de expediente e consumo.	R\$ 1.409.455,63

DIVISÃO DE INFORMAÇÃO E PROTOCOLO ADMINISTRATIVO

Competências:

Dirigir, orientar, informar e acompanhar a execução de atividades relativas à gestão do registro, distribuição e expedição de processos, correspondências e documentos, bem como telefonia e atendimento ao público, tendo como atribuições o gerenciamento do atendimento ao usuário interno e externo, de modo presencial ou por telefone, prestando informações nos prédios do Edifício Sede, Fórum Cível e Fórum Criminal.

ATIVIDADES DE ROTINA

Gerenciamento, recebimento, numeração, registro, autuação, classificação, codificação de processos e correspondências, promovendo juntadas e anexações, controle dos documentos e petições recebidos no âmbito dos protocolos administrativo e judiciário, respectivamente através do PROAD e SAP2G, das comarcas da Capital e do Interior.

Supervisão das atividades típicas de protocolo administrativo ou judicial, controle do serviço de malote, recebimento, triagem, cadastro e entrega de AR's, fluxo de correspondências da Capital e do Interior, controle e acompanhamento de movimentação de processos Administrativos, Judiciais e documentos afins, intercâmbio de tramitação de processos entre 1º e 2º Graus, supervisão das atividades relativas ao funcionamento do Protocolo 24 Horas.

Prestar informações ao público que estão contidas em nosso banco de dados no serviço denominado TELEJUDICIÁRIO.

SISTEMAS INFORMATIZADOS UTILIZADOS NO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES

- SCC – Sistema de Controle de Correspondências;
2. SCA – Sistema de Controle de AR's (Aviso de Recebimento);
3. SCM – Sistema de Controle de Malotes;
4. SIGEP – Sistema de Gerenciamento de Postagens;
5. SPE – Sistema de Postagem Eletrônica;
6. PROAD – Protocolo Administrativo.

ATIVIDADES DA COMISSÃO TÉCNICA PERMANENTE DE PATRIMÔNIO

Doação de Bens inservíveis	Promover atividades no sentido de destinar móveis e equipamentos inservíveis (que representem antieconomia para esta Corte) para serem doados às entidades filantrópicas devidamente credenciadas. Instituições contempladas com doação de bens imóveis: Associação Cultural e Comunitária Tupinambá, Sociedade de São Vicente de Paulo, Paróquia Jesus Bom Samaritano - Arquidiocese de Belém, Associação Comunitária dos Moradores da Vila Santa Maria de Benfica, Associação de Moradores Ribeirinhos do Bairro da Pratinha e das Ilhas (Barra, Patos, Jararacas e Uruboca), Centro de Estudos e Memória da Juventude Amazônica – CENJA, Casa Familiar Rural - Hernani Oliveira Franco, Associação Sócia Educativa e Cultural do Marco – ASEC, Companhia Independente de Policiamento de Cães, Igreja do Evangelho Quadrangular.
Regularização de Imóveis	Com o intuito de melhor estabelecer as atividades do Poder Judiciário Estadual estão em andamento ações no sentido de regularizar todos os imóveis utilizados por esta Corte que ainda não possuem documentação. Imóveis em Abaetetuba, Ponta de Pedras, Anajás e Tailândia foram regularizados. Imóveis em Pacajá, Parauapebas e Limoeiro do Ajuru estão em vias de regularização. Imóveis em Curuçá, Concórdia do Pará, Igarapé-Açu, Inhangapi, Irituia, Juruti, Maracanã, Marapanim, Santa Izabel do Pará, São Francisco do Pará, Soure, São João do Araguaia, Ulianópolis e Rurópolis estão em fase de pesquisas para posterior regularização.

DIVISÃO DE COMPRAS

COMPETÊNCIAS:

Proceder às compras de material de consumo e de expediente através de processos que envolvem: cadastro e contato com fornecedores, cotação de preços, orientação aos diversos setores quanto ao encaminhamento de solicitações para aquisição de material, elaboração de termos de referência, supervisão dos trabalhos de cotação e elaboração de estimativa de preços/orçamento, geração de ordem de serviço para emissão de empenho, encaminhamento da ordem de compra a fornecedores após emissão de empenho, bem como coordenação, controle e participação de assuntos inerentes à aquisição de materiais.

ATIVIDADES DE ROTINA

Encaminhamento à Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças de todas as requisições de compras, inclusive dos Processos Licitatórios homologados para empenho e encaminhamento à Coordenadoria de Contratos e Convênio para celebração do contrato;

Supervisão e aprovação de requisições de compras dentro do previsto na Lei 8.666/93, elaboração de Mapas, Especificações e Termos de Referência de Preços a fim de subsidiar os processos licitatórios;

Supervisão de controle de gastos de água, energia elétrica, telefonia (fixa e móvel) e correios.

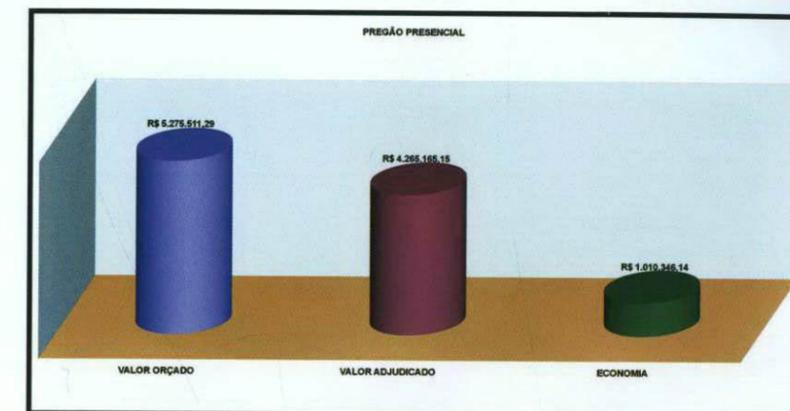
LICITAÇÕES – 2011

Encerrando as atividades deste ano de 2011 apresentamos à Administração o relatório deste Setor.

Foram homologados neste ano, até a presente data, sessenta e dois procedimentos licitatórios, restando ainda vinte processos em fase de finalização, tendo sido cancelados outros quinze. Somados a estes, outros três procedimentos foram realizados, sendo dois na forma de credenciamento, que pelas suas características intrínsecas seus valores não são computados no relatório, e outro na modalidade leilão de bens inservíveis (veículos), o que representou, nesse último, uma receita líquida de R\$ 81.550,00 (oitenta e um mil quinhentos e cinquenta reais), totalizando cem certames licitatórios realizados.

A economia total obtida, em comparação com os valores estimados, foi na ordem de 23%, correspondendo a R\$ 11.423.808,88 (onze milhões quatrocentos e vinte e três mil, oitocentos e oito reais e oitenta e oito centavos).

Ressalta-se que a forma eletrônica do pregão representou volume superior as demais modalidades na ordem de 84%, o que significa dizer que, cada vez mais a Administração avança na utilização dos instrumentos mais eficazes e transparentes para realização das compras públicas, ficando as demais modalidades de licitação, exclusivas para as contratações, cujos objetos não estejam caracterizados como aquisição de bens e serviços comuns.



PREGÃO PRESENCIAL						
LICITAÇÃO	PROCESSO	OBJETO	VALOR ORÇADO	VALOR ADJUDICADO	ECONOMIA	PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL
003/2011	2011001009566	Serviço de Fornecimento de Refeições e Lanches	R\$ 334.000,00	R\$ 318.000,00	R\$ 16.000,00	5 maio, 2011
005/2011*	2011001012194	RP- elaboração de projetos de arquitetura e engenharia*				15 junho, 2011
006/2011	2011001014185	RP- Reparo de motores/bombas	R\$ 208.861,33	R\$ 183.000,00	R\$ 25.861,33	21 junho, 2011
007/2011	2011001012194	RP- elaboração de projetos de arquitetura e engenharia	R\$ 2.630.185,89	R\$ 2.504.576,50	R\$ 125.609,39	30 junho, 2011
010/2011	2011001039172	Manutenção de equipamentos	R\$ 24.374,00	R\$ 24.111,84	R\$ 262,16	1 setembro, 2011
011/2011**	2011001040486	RP- Material de Construção	R\$ 525.239,24	R\$ 345.770,81	R\$ 179.468,43	5 outubro, 2011
015/2011	2011001016568	Confecção de 04 (quatro) vídeos institucionais	R\$ 45.022,33	R\$ 44.000,00	R\$ 1.022,33	26 outubro, 2011
016/2011	2011001039571	RP - Serviços de Buffet	R\$ 273.870,00	R\$ 273.500,00	R\$ 370,00	10 novembro, 2011
017/2011	2011001037398	RP - Impressos para TJPA	R\$ 1.233.958,50	R\$ 572.206,00	R\$ 661.752,50	17 novembro, 2011
TOTAL			R\$ 5.275.511,29	R\$ 4.265.165,15	R\$ 1.010.346,14	

* Os valores registrados desse pregão foram estabelecidos em valores unitários de cada unidade de medida, nos diversos lotes, não sendo possível quantificá-los na totalidade.

** O valor orçado refere-se à totalidade dos itens, porém vários foram declarados desertos, outros fracassados e um cancelado. Assim sendo, a economia refere-se apenas aos itens adjudicados.

CONCORRÊNCIA						
LICITAÇÃO	PROCESSO	OBJETO	VALOR ORÇADO	VALOR ADJUDICADO	ECONOMIA	PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL
001/2011	2010001056704	Construção do Fórum de Ananindeua - Bloco II	R\$ 7.814.886,26	R\$ 6.498.329,09	R\$ 1.316.557,17	22 junho, 2011
TOTAL			R\$ 7.814.886,26	R\$ 6.498.329,09	R\$ 1.316.557,17	

